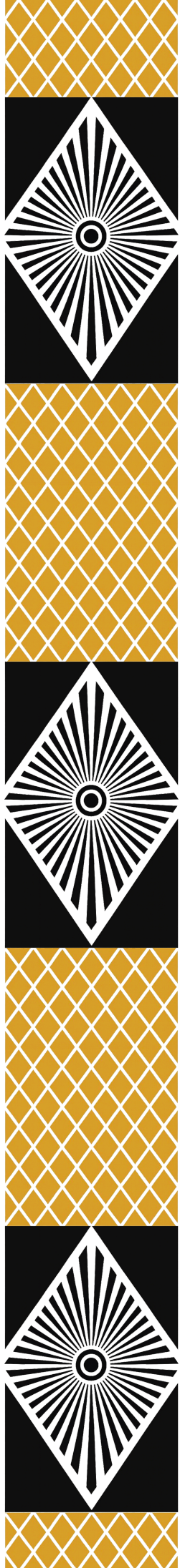


PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE

IGARAPÉ-MIRI

2026 a 2035



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE

IGARAPÉ-MIRI

2026 a 2035

**Igarapé-Miri
2026**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA
DE IGARAPÉ-MIRI
2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI

ROBERTO PINA OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Igarapé-Miri

MARCELO JONATHAN DA SILVA CORRÊA

Vice -Prefeito de Igarapé-Miri

SECRETARIAS

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Jader Fernandes Lobo

Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA

Francisco Santana Dias

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Prof. Janilson Oliveira Fonseca

Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento

Econômico e Pesca - SEAGRI

Sr. Ismael Fonseca Araújo

Secretaria Municipal de Finanças - SEMFIN

José Maria dos Santos Lobato Júnior

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA

José Roberto Santos Corrêa

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Nelcy Aquino Pinheiro

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Sr. Luís Fernando Lobato Miranda

Secretaria Municipal Cultura, Desporto e Lazer - SECDEL

Elton Serrão dos Santos

**Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento Urbano,
Habitação e Infraestrutura - SEMDUHI**

Silvio Antônio Pantoja Corrêa

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Presidente: Mauro Benedito Pinheiro Pantoja
Vice-presidente: Manoel Júlio Oliveira dos Santos
Primeiro secretário: José Maria dos Santos Costeira
Segunda secretária: Bruna da Silva Girard

Representante da Sociedade Civil

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –
APAE de Igarapé-Miri

Bruna da Silva Girard

Instituto Santo Expedito - ISE

Josinei Santos Lopes

Fundação Padre Franco - FPF

Manoel Júlio Oliveira dos Santos

Associação de Pais e Mães de Pessoas com
Transtorno do Espectro Autistas de Igarapé-Miri –
APAM-TEA

Miquéias Carvalho Pantoja

Pastoral da Criança da Paróquia de Sant'Ana -
Igarapé-Miri

Maria Francisca Gomes Fonseca

Centro de Assistência Social e Cultural Pastor Flávio
das Neves - CEASC

Mateus Monteiro de Sousa

Associação de Moradores e Produtores do Bairro
Cidade Nova (ASSOMAR)

Rosicleide de Oliveira Moraes

Pastoral da Criança – Paróquia Nossa Senhora de
Nazaré – Vila Maiauatá

Darlete Pinheiro Gonçalves

Fundação Padre Franco - FPF

João Batista da Costa Pinheiro

Associação de Pais e Mães de Pessoas com
Transtorno do Espectro Autistas de Igarapé-Miri –
APAM-TEA

Ádria Mendelo Belo

Pastoral da Criança da Paróquia de Sant'Ana -
Igarapé-Miri

Zenita Silva de Souza

Centro de Assistência Social e Cultural Pastor Flávio
das Neves - CEASC

Brenda Ferreira Ribeiro

Representante do Governo

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer - SECDEL
Secretaria Municipal de Finanças - SEMFIN
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer - SECDEL
Secretaria Municipal de Finanças - SEMFIN

Karina Souza de Souza
Mauro Benedito Pinheiro Pantoja
Clara Miranda dos Santos Pereira
José Maria dos Santos Costeira
Elton Serrão dos Santos
Keyse de Araújo Oliveira
Rayanni Corrêa Cabral
Hermes Frei Cuimar de Sousa
Fabiana Dias e Dias
Luís Fernando Lobato Miranda
Agnaldo Santos Gonçalves
Jandira Antunes Cabral

CONSELHEIROS TUTELARES

Aberilson Leão Moraes.
Antônio Rodrigues Pinheiro.
Elienai Silva Quaresma.
João Batista Pinheiro Bastos.
João Francisco Sacramento Carvalho.

COMISSÃO INTERSETORIAL

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Manoel Júlio Oliveira dos Santos
Mauro Benedito Pinheiro Pantoja
José Maria dos Santos Costeira
Bruna da Silva Girard

Conselho Tutelar - CT

João Francisco Sacramento Carvalho
João Batista Pinheiro Bastos

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Jaqueline de Lima Gonçalves
Karina Souza de Souza

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Gilcilena Pinheiro Farias
Maria Lúcia Ribeiro Freitas

Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN

João Batista Lobato
Katlane do Socorro R. Santos

Coordenação Municipal do Selo UNICEFF

Lilian Cristina Corrêa Sacramento

Coordenação da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - COMPETI

Jhon Wender Ferreira de Souza

Associação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS de Igarapé-Miri)

Maria Cileide Gomes dos Santos

Secretaria Municipal de Saúde -SEMSA

Hermes Frei Cuimar de Sousa
Fernanda Carla Corrêa Gomes

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Arnaldo José Pedrosa Gomes
Juiz da Comarca de Igarapé-Miri

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Felipe Freitas Vasconcelos
Promotor de Justiça de Igarapé Miri

Expediente

Processo Administrativo

Contrato inexigibilidade licitação n. 011/2025-PMI-INEX

Contratante

Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri
Secretaria Municipal de Assistência Social
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Contratada

Associação dos Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA)

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
NECA E UFPA**

Dayse Cesar Franco Bernardi – **Supervisão do Plano**
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia - **Coordenação**
Amanda Ribeiro Cristina da Costa - **Coordenação Adjunta**
Daniela Castro dos Reis - **Coordenação da sistematização
do Plano pela primeira infância**

EQUIPE DE APOIO

Cássia Danielle Guimarães Castro
Clarisse Monteiro Barroso
Fernanda Letícia Silva Pinto
Melina da Silva Campos
Diagramação: Luiz Henrique Rocha Mendes

**SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

APS - Atenção Primária à Saúde.

ARPEN - Associação dos Registradores de Pessoas Naturais.

BPC - Benefício de Prestação Continuada.

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

CER - Clínica/Centro Especializado em Reabilitação.

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CTA SAE - Centro de Testagem e Aconselhamento / Serviço de Assistência Especializada.

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

EF - Ensino Fundamental.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

EM - Ensino Médio.

EPT - Educação Profissional e Tecnológica.

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará.

FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

FIC - Formação Inicial e Continuada.

GPTE - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IFPA - Instituto Federal do Pará.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.



LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

NECA - Associação dos Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente.

PAE - Profissionais de Apoio Escolar.

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

PMI-INEX - Inexigibilidade da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri

PIB - Produto Interno Bruto.

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica.

SECDEL - Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer.

SEMED - Secretaria Municipal de Educação.

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde de Igarapé-Miri.

SINASC - Sistema de Informação de Nascidos Vivos.

SGD - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência.

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

SEMMA - Secretaria do Meio Ambiente.

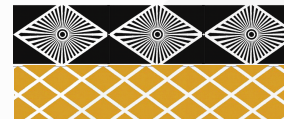
SOME - Sistema de Organização Modular de Ensino.

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UBS - Unidade Básica de Saúde

USF - Unidade de Saúde da Família

**PARTICIPANTES DO PLANO DA PRIMEIRA INFÂNCIA****PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL****DATA:** 01/10/2025**LOCAL:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**FACILITADORA:** DANIELA CASTRO REIS**TOTAL:** 32

Andreia Pantoja e Silva	Coord. P.C.F/SEMAS
Larissa Gomes do Amaral Oliveira	Assistente Social/SEMAS CADÚNICO
Marinei do Socorro Costa Paiva	Assistente Social/CRAS Nazaré
Ana Martins de Almeida	Orientadora Social/CRAS Nazaré
César Barreto Rodrigues	Orientador Social/CRAS Nazaré
Antônio Ricardo T. Botelho	Assistente Social/CRAS Nazaré
Katrielly Serra Pena	Coord. CRAS Nazaré
Patrícia Helena O. Freitas	Orientador Social/CRAS Matinha
Luciane dos Santos Marques	Assistente Social/Acolhimento
João Batista Pinheiro Bastos	Conselheiro Tutelar
Marcilene Alfaia Cardoso	Coord. CadÚnico/SEMAS
Antonio R. Pinheiro	Conselheiro Tutelar
João Francisco Sacramento Carvalho	Conselheiro Tutelar
Deyse Santos Barreto	Coordenadora/Acolhimento
Rosineide Dória de Lima Trindade	Psicóloga/Acolhimento
Jairo Batista Pastana	Assistente Social/CRAS Maiuata
Marcelo Pantaleão da Silveira	Assistente Social/CREAS
Cristina Miranda Correa	Estagiária em Psicologia/CREAS
Jhon Wender Ferreira de Souza	Psicólogo/CREAS





Mateus Monteiro de Souza	Assistente Social/CRAS Matinha
Rayane Kelly C. Padilha	Coordenadora/CREAS
Jaqueline de Lima	Diretora/SEMAS
Raquel Miranda Lobato	SEMAS
Cledilson Amaral Pinheiro	Orientador Social/CRAS Matinha
Juliene Ferreira Sarmento	P.C.F/CRAS Matinha
Bruno Rodrigues dos Santos	Coord./CRAS Matinha
Iracema dos Santos da Cruz	Assistente Social
Anna Paula Paiva Paraense	Psicóloga/CREAS
Rosilda da Cruz Correa Lobato	Assistente Social/CRAS
Marly Rose de L. Pantoja	Psicóloga/CRAS
Karina de Souza S.	Assistente Social/SEMAS
Eunice da Conceição	Psicóloga/CRAS Maiuata





**PROFISSIONAIS DA SAÚDE
(AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA RURAL)**

DATA: 02/10/2025

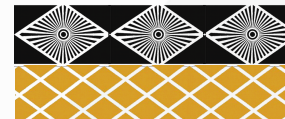
LOCAL: POLO UNIVERSITÁRIO

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS

TOTAL:19

Maria do Espírito Santo Baia	ACS – CAJI
Alana Pantoja Rodrigues	ACS – Rio Mamangalzinho
Araci de Castro Rodrigues	ACS – Rio Cambéua
Ana Maria Rodrigues Chaves	ACS – Rio Itamambuca
Ana Livia Fonseca Almeida	ACS – Rio Anapú
Rosana Miranda Fonseca	ACS – Ticiano Miranda
Martinho Souza da Conceição	ACS – Vila Maiauatá
Miguel Conceição de Souza	ACS- Matinha
Andreza Oliveira Albuquerque Maiauatá	ACS – Vila
Marciclea Corrêa Pinto	ACS – Matinha
Maria Alda Pureza Vilhena Gomes	ACS - Vila II
Maria Aldacélia S. Belo	ACS- Vila Murutipucu
Dilsom Miranda dos Santos	ACS – Anapu
João Luis Barbosa Miranda	ACS- Vila Maiauatá
Jalckh Silva Moraes	ACS – Icatu
Jurema Sousa Pereira	ACS – Mocajateua
Maria Rita Conceição dos Santos	ACS - Matinha
Zenir do Carmo Neri Castro	ACS - Anapu
Maria Elizete Barros de Castro	ACS - Anapu





**PROFISSIONAIS DA SAÚDE
(AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA URBANA)**

DATA: 02/10/2025

LOCAL: POLO UNIVERSITÁRIO

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS

TOTAL: 25

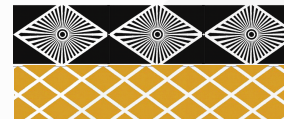
Izoicleta Gonçalves da Conceição	ACS-Cidade Nova
Lucila Souza da Conceição	ACS-Boa Esperança
Rosa Cecília Felix Pinheiro	ACS- Padre Emílio
Cleidiane da Costa Corrêa	ACS-Boa Esperança
Igor Oliveira dos Reis	ACS-Boa Esperança
Elielson Costa	ACS-Cidade Nova
Ilda Carmem Silva Costa	ACS-PACS UBS
Maria Francisca G. Fonseca	ACS-UBS Centro
Maria Helena de M. Lima	ACS-Boa Esperança
Regiane Pinheiro da Silva	ACS-PA151
Auriane Sacramento Viana	ACS-ESF Cidade Nova
Aurilene Sacramento Gonçalves	ACS- Cidade Nova
Maria do Socorro Miranda Figueiredo	ACS
Luana Paula Vilhena Pinheiro	ACS-Boa Esperança
Onivaldo Gomes de Gomes	ACS-Cidade Nova
Rosangela do Socorro S. Machado	ACS-ESFS P. Emílio
Adyarina Sebastiana P. de Lima	ACS-ESFS P. Emílio
Maria Cleide Gomes dos Santos	ACS-P. Emílio
Edimilson de Castro Pinheiro	ACS-ECF P. EMÍLIO





Elizabeth do Socorro Gomes Pereira	ACS-CIDADE NOVA
Jefferson Machado Pena Supervisor	ACS- SEMSA
Zalda Maria P. Machado	ACS-Tucumã
Maria das Graças Pantoja	ACS-Tucumã
Simone Fernandes da Silva	ACS-Cidade Nova
Eloiza Brandão	ACS - Matinha





FAMÍLIA ÁREA URBANA

DATA: 03/10/2025

LOCAL: CRAS MATINHA

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS

TOTAL: 39

Coleta Correa dos Santos

Iolanda Marques

Cristina da Conceição Sousa

Maria Marcilene Conceição Sousa

Maysa de Souza Souza

Yayane de Souza Fonseca

Geraldo Pantoja Pinheiro

Ana Paula de Souza Moraes

Maria do Carmo Espírito Santo

Juliane Mendes Brandão

Maria Lozete Ferraz Brandão

Richelly Almeida dos Santos

Anacléa Moraes de Sousa

Mário Moraes Portilho

Maria Souza

Luziane Vitoria P. de Oliveira

Maria do Carmo R. Miranda

Maria Dionísia Miranda Rocha

Joana de Melo Silva





Alexandra de Kassia Machado

Alessandra Machado Moraes

Samara Sardinha Correa

Wandy Souza

Gaudência N. de Sousa

Maria do Pilar N. de Sousa

Ana Maria Sousa Pantoja

Mayara Miranda Santos

Figemia Miranda Santos

Catarina Sofia Castro

Elza Farias dos Santos

Erineia Santos

Maria do Carmo Miranda

Sandra Silva Moraes

Maria Sousa Nunes

Maria de Nazaré da Costa

Anaclea Moraes de Sousa

Inês Conceição Pena

Josilene dos Santos Castro

Keyla Tavares Souza





FAMILIA ÁREA URBANA

DATA: 03/10/2025

LOCAL: CRAS NAZARÉ

FACILITADORA: AMANDA COSTA E CÁSSIA CASTRO

TOTAL:17

Neusarina Lobato da Costa

Joneia Correia de Sousa

Maria das Graças Correa

Maria Joana Cardoso

Maria do Carmo de Moraes

Eládio Fonseca Baia

Catarina do Espírito Santo Vinagre

Iracema Silva Barbosa

Joana Sales Silva Barbosa

Emilia Oleastro de Miranda

Benedita Eloí Merces de Oliveira

Maria Assunção Fonseca

Adelaide Pinheiro da Costa

Maria Domingos Pinheiro

Nazaré Borges Machado

Maria Benedita Lodesoure

Maria Pinheiro Almeida



**PROFISSIONAIS DA CRECHE - VILA MAIUATÁ****DATA:** 16/10/2025**LOCAL:** ESCOLA GRAÇA DE FÁTIMA QUARESMA DO AMARAL**FACILITADORA:** DANIELA CASTRO DOS REIS**TOTAL:**24

Valcinei da Costa Maués	Merendeiro
Santiago da Conceição Franco	Brinquedista
Sirlene Pinheiro da Costa	Profissional de Apoio
Jose Eduardo Lima Sousa	Profissional de Apoio
Maria Cristina B. Miranda	Professora
Waldirene Afonso da Silva	Profissional de Apoio e Aux. de Turma
Zenaide Souza da Silva	Professora
Ivany dos Santos Franco	Professora
Sinvaldo de Souza Souza	Profissional de Apoio
Maria Fernanda Damasceno Oliveira	Profissional de Apoio
Darci da Silva Ferreira	Professora
Silvia Cristina Pantoja Pinheiro	Professora
Claudete de Jesus Machado Cunha	Aux. de Serviços Gerais
Maria de Nazaré da Cruz Cardoso	Professora
Adriana Pinheiro Ferreira	Profissional de Apoio
Januza Barbosa	Brinquedista
Rozinete Pantoja da Silva	Apoio Pedagógico
Ariana Pereira	Professora
Welce P. G. Farias	Aux. de Serviços Gerais





Wilma Charly Pureza G. de Souza

Merendeira/Graça de Fátima

Mario das Graças da Silva Almeida

Aux. de Serviços Gerais

Rosinaldo do Socorro da Costa Rodrigues

Aux. de Serviços Gerais

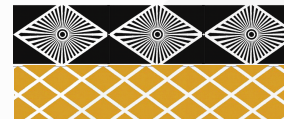
Joycilene de S. Machado Cardoso

Secretária

Angela Maria Miranda Corrêa

Gestora





RESPONSÁVEIS DAS CRIANÇAS DA CRECHE DA VILA MAIUATÁ

DATA: 16/10/2025

LOCAL: ESCOLA GRAÇA DE FÁTIMA QUARESMA DO AMARAL - VILA MAIUATÁ

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS

TOTAL:17

Adriana do Socorro

Emanuelli Julia Santos Raiol

Ana Ju

Wellen L. Rodrigues

Kellaine Nascimento Braga

Suanne de S. Souza

Joelma Gonçalves da Costa Silva

Jucelia Santos dos Santos

Hianni Ingrid da Silva

Rafaela Mendes Moraes

Alessandra Lobato Pantoja

Sebastiana Pureza

Renata R. da Costa

Larissa P. Rodrigues

Ana Paula Maciel Costa

Adriana Q. Pinheiro

Daiane Gomes Corrêa





CRIANÇAS DA CRECHE DA VILA MAIUATÁ UNITÁRIA

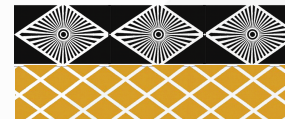
DATA: 16/10/2025

LOCAL: ESCOLA GRAÇA DE FÁTIMA QUARESMA DO AMARAL - VILA MAIUATÁ

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS/CÁSSIA DANIELLE GIMARÃES
CASTRO

NÚMERO DE CRIANÇAS (DESENHOS): 21





**ADOLESCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ARACI CORRÊA-VILA MAIUATA**

DATA: 16/10/2025

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARACI CORRÊA - VILA
MAIUATA

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS

TOTAL:23

Ana Júlia da C. da Luz

Samy Dakorray Farias Tamão

Luana dos Santos Pantoja

Aline de Nazaré L. da Silva

João Victor Miranda

Anthonny do Nascimento Serrão

João Carlos P. Cunha

Gabriel P. dos Santos

Gisely de Moraes Corrêa

Gláucia Vitória Ferreira Moraes

Ryara Cardim Miranda

Lorena G. Rodrigues

Josívane Marciel

Isler Kellen Mendes Pantoja

Alanna Luana da Costa Fonseca

Wesley Benedito Pereira Quaresma

Eleonor Farias dos Santos

Salomão Aires Moraes

Adriana Pinheiro Pinheiro





Felipe Costa Farias

Josué Victor

Ana Vitória Corrêa Fonseca

Eduardo Moraes Rodrigues



**PROFISSIONAIS DA CRECHE - MARIA JOIA****DATA:** 17/10/2025**LOCAL:** DISTRITO SEDE (CIDADE)**FACILITADORA:** DANIELA CASTRO DOS REIS**TOTAL:**41

Zenaide de Sousa Pinheiro	Professora de Apoio
Elaine Cristina G. Costa	P.A.E
Ruth Larissa Serrão Moraes	P.A.E
Rosivane Pantoja	Professora
Elieth Lobato da Silva	Professora
Rayana Machado Ribeiro	P.A.E
Maria Luisa R. Aguiar	Professora
Odeléia Portugal Miranda	Professora
Maria Elza Ferreira Afonso	
Keyson de Jesus Pantoja Pinheiro	Professor de Apoio
Maria Lúcia Gonçalves Gomes	
Isabel do Socorro Pantoja Corrêa	Professora
Auriana Rodrigues	Coord.Pedagógica
Neima Shirley	Professora
Maria de Jesus C. Afonso	Auxiliar
Bruna Lobato Corrêa	Auxiliar
Edinei Caires dos Santos	
Adriely da Silva Domingues	Auxiliar
Daiane Araujo Quaresma	P.A.E





Douglas Pantoja Miranda	Tec. Enfermagem
Elizamar Paraguassú Pinheiro	Professora
Aurizete R. P. Gestora	
Lariza Moraes Paraguassú	Assistente Social
Solange Pinheiro	
Hellen T. de A. Lima	Professora AEE
Cristiane Pereira Corrêa	
Marice Santana Sousa	
Marilene Ferreira de Souza	
Josineth Maria Monteiro Machado	Auxiliar
Maria das Dores E. S. Santos	
Antonia Franco Lopes	
Silvana Garcia Fortes	
Zélia Aires de Lima	
Ana Júlia R. da C. Pinheiro	
Manoel R. do Lobato Franco	
David Moraes Sousa	
Maria de Fátima dos S. Cardoso	
Josivan Lima	
Andreza Araújo Ribeiro	
Renata Lobato	
Rosimeire Cardim	





CRIANÇAS - CRECHE MARIA JOIA

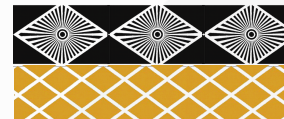
DATA: 17/10/2025

LOCAL: DISTRITO SEDE (CIDADE)

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS

NÚMERO DE CRIANÇAS (DESENHOS): 13





**PROFISSIONAIS DA E.M.E.I.F. SÃO JOSÉ - PINDOBAL GRANDE
(RIBEIRINHO)**

DATA: 12/11/2025

LOCAL: EMEIF SÃO JOSÉ - PINDOBAL GRANDE (RIBEIRINHO)

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS e MARIA LUCIA GASPAR GARCIA

TOTAL:12

Daniele Pimentel Ventura	Professora
Maria Jorgina Coelho Lima	Aux. de serviços gerais
Solange Corrêa Pantoja	Professora
Adriana Raissa Lima Gomes	Aux. de serviços gerais
Joelma Miranda da Silva	Aux. de serviços gerais
Edno Vanzeler Moraes	Professor
Gabriel Pantoja Ribeiro	Professor
Nair de Nazaré Fernandes Cunha	Professora
Altino Lima de Freitas	Professora
Rayane Freitas Pompeu	Coord. Pedagógica
Adriano Roberto Gomes Nonato	Diretor
Marília F. da Costa	Secretária





**RESPONSÁVEIS PELAS CRIANÇAS DA E.M.E.I.F. SÃO JOSÉ
PINDOBAL GRANDE (RIBEIRINHO)**

DATA: 12/11/2025

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS e MARIA LUCIA GASPAR GARCIA

TOTAL:14

Joel de Sousa Castro

Adriano Roberto Gomes Nonato

Adriana Fonseca Cavalcante

Lediane Moraes da Silva

Maria Eudete Andrade Miranda

Yasmim Assunção de Alfaia

Francinete Rodrigues Souza

Cilaroza Castro dos Santos

Sandro J. Alho Dias

Kleiziene dos Santos Sousa

Maria Rosiane Carvalho de Sousa

Andressa Sacramento Lima

Jodival Leão Sacramento

Ana Karina da Silva Costa





**PROFISSIONAIS DA E.M.E.I.F. NOSSA SENHORA DE NAZARÉ
(RIBEIRINHO)**

DATA: 18/11/2025

LOCAL: E.M.E.I.F. NOSSA SENHORA DE NAZARÉ (RIBEIRINHO)

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS e MARIA LUCIA GASPAR GARCIA

TOTAL:10

Everton da Costa Pantoja	Gestor Escolar
Elizandra Moraes C.	Aux. de Serviços Gerais
Carla Pantoja Almeida	Aux. de Serviços Gerais
Nei de Castro Moraes	Aux. de Serviços Gerais
José Maria dos S. Santos	Professor
Maria Ilda dos Santos Paiva	Professora
Gilda Farias Martins	Professora
Raimunda Pinheiro Moraes	Professora
José Raimundo de S. Almeida	Professor
Alcione Monteiro Rodrigues	Professora





**RESPONSÁVEIS PELAS CRIANÇAS NA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ -
IGARAPÉZINHO**

DATA: 18/11/2025

LOCAL: EMEIF NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - IGARAPÉZINHO

FACILITADORA: DANIELA CASTRO DOS REIS e MARIA LUCIA GASPAR GARCIA

TOTAL: 23

Maria Aparecida P. de Moraes

Eduarda P. Corrêa

Cleidiane de Sousa Pinheiro

Ariane Miranda Pinheiro

Kethlen Amanda Nascimento Miranda

Maiara Maria da Costa

Mailson Miranda Almeida

Rosilene Vilhena Pantoja

Adriana Pereira Martins

Maria do Socorro

Maura Monteiro

Marilia Moraes

Maria Regionara Marquês

Dinair P. de Moraes

Erivaldo P. Miranda

Silvana Pinheiro Oliveira

Maria de Nazaré M. Farias

Eleni S. Castilho dos Santos

Deusuite Silva de Aquino





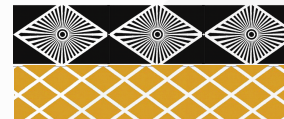
Felipe Costa Farias

Rita de Cássia C. de Miranda

Milene de Lima Farias

Cleidiane Miranda de Sousa Viegas





LISTA DE FREQUÊNCIA
PLENÁRIA DA APRESENTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS

DATA: 14/01/2026

LOCAL: Auditório do Palacete do Senador

FACILITADORA: Maria Lúcia Gaspar, Daniela Reis e Amanda Costa

TOTAL: 36

Bruno R. dos Santos	CRAS Matinha
Simone S. Barros	UFPA
Jaqueline de Lima Gonçalves	SEMAS
Deyse Santos Barreto	CREAS
Marinei do S. de Souza	Acolhimento Institucional
Laura Suely dos Santos Gomes	SEMED
Mateus Monteiro de Souza	CRAS Matinha
Ana Cleyse P. Menezes	CadÚnico
Karina de Souza de Souza	SEMAS/Vigilância
Marcilene Alfaia Cardoso	SEMAS/ CadÚnico
Jéssica Pantoja	SEMAS/PAA
Luciane dos Santos Marques	SEMAS/Acolhimento Institucional
Eunice Gouveia de Oliveira	SEMAS/CRAS Maiuatá
Maria Pantoja Lobato	Pres. do C. de Segurança Alimentar
Darlete Pinheiro Gonçalves	Pastoral da Criança da Vila
Iracema de Castro	SEMAS/BPC
Maria Sione Araujo	Coord. CAPS
Gislaine Monteiro Ferreira	SEMAS/Acolhimento
Amanda Costa	UFPA E NECA





Marly Rose de L. Pantoja	SEMAS/ CRAS Nazaré
Sebastiana Tavares Castilho	COMSEA
Manoel Julio O. de Santos	CMDCA/CMASIM
Fernanda Carla C. de Gomes	SEMSA
Jefferson Machado Penha	SEMSA/SAES
Marisselma T. Lourinho	SEMSA/EMULTI
Andreia Pantoja e Silva	SEMAS/PCF
João Francisco S. Carvalho	Conselho Tutelar
Maria Lúcia Dias Gaspar	NECA
Jaqueline Ferreira Magno	Secretária de Saúde
Ediane G. da Costa	CMASIM
Rosineide Dária de Lima Carvalho	SEMAS
Gilcilena Pinheiro Farias	SEMED
César Barreto Rodrigues	SEMAS/ Cras Nazaré
Clara de M. dos S. Pereira	SEMED/ CMDCA
Emanuelly do S. Lobato Aires	Secretaria de Saúde
Jamile Carvalho de Brito	Fórum de Igarapé-Miri



SUMÁRIO

01

Introdução 38

02

Importância da Primeira Infância Para o Desenvolvimento Humano 45

2.1 Desenvolvimento Físico 45

2.2 Desenvolvimento Cognitivo 47

2.3 Desenvolvimento Psicossocial 48

03

Princípios e Diretrizes 50

3.1 Princípios Norteadores 50

3.2 Diretrizes Políticas 51

3.3 Diretrizes Técnicas 51

04

Cenário Histórico e Dados Oficiais do Município de Igarapé-Miri 52

4.1 Localização do Município de Igarapé-Miri 52

4.2 Cenário do Município de Igarapé-Miri Para o Plano Municipal Pela Primeira Infância 54

4.3 Demografias 54

4.4 Saúde 58

4.5 Educação 70

4.6 Assistência Social 74

4.7 Dados do Conselho Tutelar 79





5. Propostas do Plano Pela Primeira Infância de Igarapé-Miri (2026–2035)	86
Eixo 1: Crianças com Saúde	86
Eixo 2: Educação Infantil e a Criança	89
Eixo 3: As Famílias e as Comunidades das Crianças	91
Eixo 4: Assistência Social as Famílias com Crianças na Primeira Infância	92
Eixo 5: Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos	93
Eixo 6: Do Direito de Brincar	94
Eixo 7: A Criança e o Espaço – Urbanizar e Proteger a Natureza	96
Eixo 8: Criança e Infância Diversa	98
Eixo 9: Enfrentando as Violências Contra as Crianças	99
Eixo 10: Assegurando o Documento de Cidadania a Todas As Crianças	101
Eixo 11: Protegendo as Crianças Contra a Pressão Consumista	103
Eixo 12: Evitando a Exposição Precoce das Crianças aos Meios de Comunicação e ao Uso de Telas Digitais	104
Eixo 13: Evitando Acidentes na Primeira Infância	105





06

07

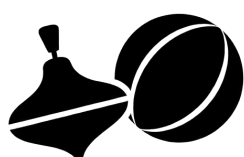
Eixo 14: A Criança e a Cultura 107

Eixo 15: O Sistema de Justiça e a Criança 108

Eixo 16: As Empresas e a Primeira Infância 109

Monitoramento e Avaliação 110

Referências Bibliográficas 111





LISTA DE TABELAS E IMAGENS

Imagem 01. Objetivo do desenvolvimento Sustentável	40
Imagem 02. Sistematização dos eixos prioritários e o ODS	41
Imagem 03. Mapa das zonas distritais de Igarapé-Miri.	53
Tabela 01. População, Área e Densidade Demográfica (2019-2021)	54
Tabela 02. População Segundo Situação de Unidade Domiciliar (2000/2007/2010)	55
Tabela 03. População residente 0 a 9 anos (2000-2022)	56
Imagem 04. Crianças residentes idade (1 a 9 anos) e sexo (2022)	56
Imagem 05. Mapa distribuição da população de 0 a 4 anos, segundo distrito.	57
Imagem 06. Mapa distribuição da população de 5 a 9 anos, segundo distrito	57
Imagem 07. População por idade entre 0 e 6 anos - por raça/cor	58
Tabela 04. Profissionais de Saúde, Segundo Município 2018-2022	59
Tabela 05. Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2016-2022	60
Tabela 06. Leitos por Habitantes 2015-2022	61
Tabela 07. Hospitais Segundo Algumas Características 2015-2022	62
Tabela 08. Nascimento por Faixa Etária da Mãe 2014-2022	63
Tabela 09. Nascimento por residência da mãe e sexo da criança 2020-2023	64
Imagem 07. Gráfico do Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal	65
Tabela 10. Frequência por Peso ao Nascer segundo Ano do Nascimento 2019-2023	66
Imagem 08. Gráfico de Óbitos/Sexo da criança 2019-2023	67
Imagem 09. Gráfico de Óbitos/Faixa Etária das crianças 2021-2023	67
Imagem 10. Cobertura da atenção primária à saúde de crianças da primeira infância	68
Imagem 11. Gráfico de Matrícula em creche e pré-escola em instituições públicas 2019 a 2024	71
Imagem 12. Número de matrículas, segundo cor ou raça em creches e pré-escola em 2024	72





Imagem 13. Número de matrícula por localização a Educação Infantil 2024 (INEP/DATA)	72
Imagem 14. Creche e Pré-escola matrícula de educação especial (2020-2024)	73
Tabela 11. Indicadores de famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único (2023-2025).	74
Imagem 15. Pessoas de 0 a 6 anos Cadastradas no CADÚnico	75
Tabela 12. Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos Igarapé -Miri (2025)	76
Tabela 13. Violações de direitos em pessoas de 0-6 anos (2020 – 2025)	77
Imagem 16. Sexo das crianças e adolescentes atendidas no CREAS, segundo faixa etária (2024-2025).	78
Imagem 17. Contexto das crianças e adolescentes atendidas no CREAS, segundo faixa etária (2023, 2024 e 2025).	79
Imagem 18. Gráfico de Violações de Direito Fundamentais registrado de crianças (2024- até jun/2025).	80
Tabela 14. Direito de Convivência Familiar e Comunitária Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/até junho de 2025/ Rural e Urbana.	82
Tabela 15. Direito de Direito à Vida e a Saúde Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/ até junho de 2025/Rural e Urbana.	83
Tabela 16. Direito a Educação, Cultura, Esporte e Lazer Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/até junho de 2025/Rural e Urbana	84
Tabela 17. Direito a Liberdade, Respeito e Dignidade Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/até junho de 2025	85



1. Introdução

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Igarapé-Miri (PMPI) é um documento que atende as normativas nacionais e é proposto pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a aplicação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (Lei municipal n. 5.003/2010) aprovado pela Resolução n. 30/2024 de 20 de agosto de 2024 do CMDCA.

O documento foi elaborado por muitas pessoas (equipe técnica multiprofissional de organizações governamentais e não governamentais, população, crianças, mães, pais, professores, entre outros) e liderado pela Comissão Municipal Intersetorial instituída para a execução dessa tarefa, contando com o apoio da equipe técnica da Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente - NECA - para contribuir na sistematização das informações e facilitar o processo de construção coletiva. A junção de esforços foi fundamental para cumprir o prazo de elaboração até a aprovação do referido PMPI. No entanto, não menos importante, este esforço demonstra também, o compromisso da gestão municipal de Igarapé-Miri que com o olhar de forma cuidadosa e atenciosa se compromete com a garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos, contribuindo na consolidação dos direitos de uma sociedade democrática.



Ressalta-se ainda que este compromisso da Gestão Municipal está presente desde a proposta de campanha eleitoral do atual prefeito contemplando a primeira infância também nas diversas áreas do PPA (Plano Plurianual).

Importante ressaltar que toda a Gestão Municipal, composta pela Secretaria Municipal de Educação, com sua dedicação incansável; Secretaria Municipal de Assistência Social, sua articulação técnica, e Secretaria Municipal de Saúde, com a disponibilidade permanente, ajudaram na elaboração deste Plano, garantindo os direitos humanos de crianças e adolescentes do município de Igarapé-Miri.





O PMPI de Igarapé-Miri compartilha da mesma preocupação que o Governo Federal e a ONU (Organizações das Nações Unidas) têm: promover políticas públicas com ênfase na primeira infância. Assim, a primeira infância tem um lugar central nas principais discussões internacionais sobretudo no que envolve normativas e pesquisas neste cenário. Tal aspecto torna o contexto favorável para implementar legislações e planos estabelecidos desde a Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como o estabelecimento de novas normativas que se propõem aprimorar o cuidado com a infância, como a criação do Plano Nacional pela Primeira Infância, em 2010, que levou a criação da Lei Federal nº 13.257, Marco Legal da Primeira Infância em 2016, e mais recente, a portaria 35/2025 estabelece as ações do Plano Nacional de Cuidados 2025-2027.

Diante deste cenário deu-se início ao trabalho, com um cuidado especial, destinado na construção do PMPI de Igarapé-Miri, que priorizou a faixa entre 0 e 6 anos. A tarefa era árdua tendo o cuidado em dialogar com as pessoas envolvidas direta ou indiretamente e extrair aspectos-chave para o segmento definido, já que o PMPI tem pontos em comum com outros Planos Municipais como o PPA (Plano Plurianual), Plano de Convivência Familiar e Comunitária, Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente, Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, entre outros.

Contudo o propósito da elaboração do PMPI não era somente elaborar um plano de ação, mas de forma articulada e integrada, promover e garantir discussão com os profissionais, pais e crianças do município que fomentassem as propostas, mas também levassem a reflexão sobre desenvolvimento da infância até seis anos, posto, ser a fase do desenvolvimento humano mais sensível sobretudo, quando se entende o desenvolvimento considerando os aspectos físico, cognitivo, motor, emocional e de interação social das crianças (PNPI, 2020).





Então, neste plano estão traçados o marco legal, um breve diagnóstico com os dados oficiais do município, assim como os diálogos com os envolvidos e as ações finalísticas que o município deverá realizar no período definido, tendo em vista a garantia dos direitos infantojuvenis afirmados pelas normativas legais internacionais e nacionais, tais como a CF e o ECA que norteiam as políticas sociais de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Lazer, Esporte, Convivência Familiar e Comunitária, especialmente focadas na Primeira Infância. Ainda neste plano foram incorporados também, os nove Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelo UNICEF como aspectos diretamente vinculados às ações finalísticas que devem ser contemplados no documento conforme Imagem 01.

Imagem 01. Objetivo do desenvolvimento Sustentável



Fonte: Unicef/2021

Partindo então destas considerações, a Imagem 01 apresenta como ficou definido no município os eixos prioritários que foram organizados em cinco grandes itens para fomentar a discussão com a população, com a responsabilidade de contemplar os eixos do PNPI e os ODS e assim, de alguma forma, ter melhores condições de executá-los diante dos recursos humanos e financeiros já existentes no município. Segundo o PNPI (2020) cada esfera elabora seu Plano adequado à sua realidade local, tendo o nacional como fonte e referencia. Dessa maneira, todos estarão articulados e se complementando no mapa do País.





Imagem 02. Sistematização dos eixos prioritários e os ODS

CRIANÇAS COM SAÚDE



⇒ Crianças com saúde



⇒ Criança e infância diversas

⇒ Evitando acidentes na primeira infância diversas

ASSISTÊNCIA SOCIAL



⇒ As famílias e as comunidades das crianças

⇒ Assistência Social às famílias com crianças na primeira infância



⇒ Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos

⇒ Criança e infância diversas

EDUCAÇÃO INFANTIL



⇒ Educação Infantil e a Criança

⇒ Criança e infância diversas

⇒ A criança e a cultura



⇒ Protegendo as Crianças contra a pressão consumista

⇒ Controlando a exposição precoce das crianças às mídias eletrônicas e digitais

PROTEÇÃO À INFÂNCIA



⇒ Enfrentando as violências contra as Crianças

⇒ Assegurando o documento de cidadania à todas as crianças



⇒ O Sistema de Justiça e a criança

⇒ As empresas e a primeira infância

CRIANÇA E ESPAÇO



⇒ A Criança e o Espaço - Urbanizar e Proteger a Natureza



⇒ Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e uso de telas digitais



⇒ Evitando acidentes na primeira infância

⇒ Do Direito ao Brincar





Além dos ODS e do PNPI, este Plano está pautado em princípios como:

- Criança sujeito, com valor a si mesma;
- Respeito à diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica;
- Criança como um ser integral;
- A prioridade absoluta dos direitos da criança;
- A garantia da prioridade absoluta nos recursos, programas e ações para as crianças de zero a seis anos;
- Dever da família, da sociedade e do Estado (promoção dos direitos).

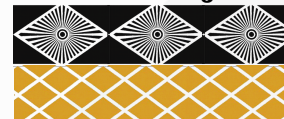
O PMPI seguiu as diretrizes como:

- a) Criação da Comissão municipal intersetorial (Resolução Nº 031/2025 - CMDCA) para acompanhamento e avaliação do Diagnóstico da situação da Criança e do adolescente e dos Planos decenais;
- b) Entendimento da relevância da primeira infância como um período fundamental a receber cuidados protetivos, aproveitando momentos de escuta com um mínimo de informação teórica;
- c) Mobilização das diferentes instâncias, órgãos para contribuir no diagnóstico da realidade local e do que já estava previsto em planos setoriais para atender as crianças de 0 a 6 anos;
- d) Compartilhamento com a maior parte da população e criar formas de convidá-la e envolvê-la a participar;
- e) Realização de oficinas com diferentes grupos: saúde, educação, assistência social, delegacia, conselheiros tutelares, famílias, crianças, trabalhadores de organizações não governamentais e governamentais;
- f) Realização de trabalhos em grupos ampliados para construção de proposições;
- g) Sistematização do documento;
- h) Aprovação do Plano.

Fica então expresso na elaboração do PMPI a percepção da realidade desse grupo etário. Parafraseando o PNPI (2020), a proposta não é trabalhar somente pelo número, mas por pessoas, com uma atitude humana, solidária e corresponsável.

Para a elaboração do PMPI foi desenhada uma metodologia participativa (A Voz de Igarapé-Miri). A dinâmica adotada foi coletiva e a proposta organizada previa etapas concomitantes para ouvir as diferentes áreas que atuam com a primeira infância. Visando contribuir para o processo de qualificação, foram organizados encontros com os atores sociais em todas as etapas de elaboração do PMPI.





A estratégia em envolver várias pessoas para a elaboração coletiva do PMPI teve como intenção, garantir que a participação nesta fase fosse um movimento facilitador para sua efetiva realização, deixando de ser apenas um documento no papel, para ser uma prática cidadã.

O processo de construção do PMPI iniciou-se com a elaboração do Diagnóstico com levantamento de dados secundários e primários, advindos de um trabalho contínuo junto a população que vive nos rios, nos ramais e na cidade, como os distritos e os bairros de Igarapé Miri. Várias estratégias metodológicas foram utilizadas tais como: realização de instrumentais, visitas, entrevistas, oficinas lúdicas, rodas de conversa, grupos focais. Participaram desse intenso movimento agentes comunitários de saúde, conselheiros tutelares, professores, trabalhadores da assistência social, famílias, crianças, adolescentes e jovens.

A partir de todo esse movimento o cenário foi construído e as propostas elaboradas conforme constam no item 5 deste documento. Destaca-se que a estratégia de garantir a participação deste público, foi fundamental para indicar as dificuldades vividas em todo o território municipal e elencar as prioridades para a redução das desigualdades sociais, destacadas no diagnóstico inicial.

Nos encontros presenciais, nas oficinas e nos questionários on-line priorizou-se a escuta ativa dos participantes, oportunizando que sua voz pudesse ser ouvida enquanto munícipes de Igarapé Miri na construção coletiva de um PMPI que tivesse sentido para sua realidade.

Os encontros com a população seguiram um roteiro, iniciando-se com a apresentação da Primeira Infância como um período específico do desenvolvimento da criança que como sujeito de direitos, precisa de um PMPI para se desenvolver plenamente e em segurança. Depois da concepção teórica e legal, convidamos para que todos refletissem sobre como foi sua infância, retomando lembranças e necessidades do seu tempo. Após esse mergulho, os participantes foram convidados a serem o Prefeito com a tarefa de pensar em objetivos e estratégias para garantir direitos da Primeira Infância. No lugar do gestor foram desafiados a pensar nas dificuldades e nas possibilidades de ação, o que lhes possibilitou serem parte da construção do PMPI.

Escutar as pessoas de diferentes lugares, que se encontram isoladas, desvalorizadas e sem espaço de participação foi uma ação transformadora do processo de motivá-las a serem ativas e contribuírem mais para o desenvolvimento das crianças, compreenderem melhor sobre a infância nos territórios e, avançar na corresponsabilidade social para assegurar direitos e cidadania. A intenção foi sensibilizar para comprometer e, na medida do possível, colaborar para melhorar as condições de vida das crianças. Deste modo, foram realizadas 15 oficinas com um total de 313 participantes: profissionais, familiares, crianças e adolescentes. As oficinas contaram com 44 agentes comunitários de saúde (rural e urbano), 87 professores





e 32 pessoas da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar.

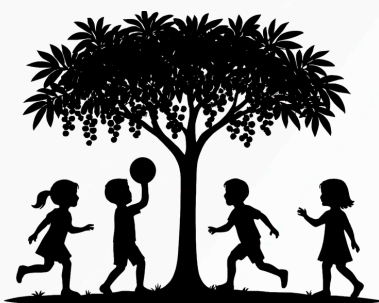
Na escuta das famílias, quase a totalidade eram mulheres, o que incentivou a criação de estratégias que pudessem favorecer o relembrar das brincadeiras infantis e conectar com suas experiências de serem mães. Assim, puderam repensar como estavam orientando suas crianças e oferecerem propostas para o PMPI. Participaram desse processo 93 pessoas, sendo 36 familiares e/ou responsáveis, 34 crianças e 23 adolescentes.

O momento de realizar a escuta com as crianças foi muito interessante quando um menino de 4 anos valorizou o fato de querer jogar bola na rua, ter um espaço para ele brincar. Outra menina de 5 anos manifestou o desejo de ter uma casa de “tijolo”, visto que a maioria é de madeira. E, também encontramos crianças com desejos da era tecnológica: quero um brinquedo, quero um celular, equipamento este, citado pelas mães como de uso frequente pelas crianças.

As crianças representaram em desenhos o que iriam oferecer para as crianças de Igarapé-Miri se elas fossem o Prefeito e depois contavam sobre seu desenho: Duas crianças, em especial, mencionaram a necessidade de água para tomar banho, trazendo à tona uma questão concreta vivenciada naquele momento pela comunidade, já que a Vila Maiauatá se encontrava há três dias sem abastecimento de água. Na área urbana, algumas crianças responderam que “pra ser feliz precisa de jesus”, “precisa brincar”, “precisa de parque”.

Quase que a totalidade dos participantes, de uma forma ou outra, declararam que o ambiente da cidade e os equipamentos públicos precisam de mais espaços para as crianças brincarem. Com esta matéria prima em mãos, com toda a colaboração, o material foi sendo consolidado e organizado dentro dos 16 Eixos definidos para o PMPI estabelecendo objetivos, prazos e responsabilidades.

Assim, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Igarapé-Miri de 2026-2035 é composto pelos seguintes tópicos: Introdução (metodologia); A importância da Primeira Infância para o Desenvolvimento Humano; Princípios e Diretrizes; Cenário histórico e dados oficiais; Propostas do plano de ação organizadas pelos Eixos, Monitoramento e avaliação e as Referências.



2. A importância da primeira infância para o desenvolvimento humano

A primeira infância é caracterizada por uma série de acontecimentos e transformações importantes que perpassam pelos aspectos físicos, cognitivos e psicossociais. No domínio físico, destaca-se o crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais e motoras, bem como a saúde. Entre os aspectos cognitivos, estão a memória, a aprendizagem, a atenção, linguagem, raciocínio, entre outros. Por sua vez, o domínio psicossocial diz respeito às emoções, à personalidade e às relações sociais estabelecidas pelo indivíduo. Ainda que estes três domínios sejam apresentados separadamente, eles estão interligados e seu desenvolvimento ocorre de maneira conjunta.



2.1 Desenvolvimento físico

No período que vai do nascimento aos seis anos de idade, a criança cresce de forma acelerada e seu cérebro se desenvolve mais rápido do que em qualquer outra fase da vida. Com isso, as funções neurológicas, capacidades sensoriais e habilidades motoras também se desenvolvem rapidamente. Nesse período, o cérebro é extremamente suscetível à experiência, sendo moldado pelas influências ambientais. Essa característica é essencial para o processo de aprendizagem e faz com que a primeira infância seja considerada um período sensível, no qual a estimulação adequada é fundamental para um desenvolvimento saudável, e a exposição a condições de vida precárias pode acarretar efeitos nocivos de longo prazo à saúde das crianças e à sua capacidade de aprender e se relacionar (PAPALIA, D. E. & MARTORELL, G., 2022)



Um aspecto central deste domínio é o desenvolvimento das habilidades motoras. Ao longo dos primeiros anos de vida, a criança passa a exibir movimentos gradativamente mais coordenados e complexos. Esse processo se dá de forma sistemática, ou seja, cada nova habilidade adquirida possibilita e impulsiona as posteriores. Ressalta-se que os bebês já são predispostos geneticamente a desenvolver habilidades motoras básicas, como agarrar, engatinhar e andar. Entretanto, para que tal desenvolvimento ocorra de maneira saudável e permita a aquisição de movimentos mais precisos e eficazes, o ambiente da criança deve apresentar condições favoráveis à exploração e à prática, possibilitando à criança liberdade de movimento e estimulação.



Conforme as áreas sensoriais e motoras do cérebro se desenvolvem e os músculos e ossos aumentam de tamanho, as habilidades motoras grossas (as que envolvem músculos maiores, como apanhar uma bola) e finas (que envolvem os músculos menores, como desenhar ou abotoar uma camisa) se aprimoram e a força física da criança aumenta. Diante disso, ela passa a coordenar melhor seus movimentos às suas vontades e assumir mais responsabilidades por si mesma. Apesar disso, crianças menores de seis anos de idade ainda têm dificuldade em participar de tarefas e esportes organizados, e a melhor forma de estimular seu desenvolvimento físico é por meio de brincadeiras não estruturadas, que as permitam explorar seu meio com liberdade (PAPALIA, D. E. & MARTORELL, G., 2022).

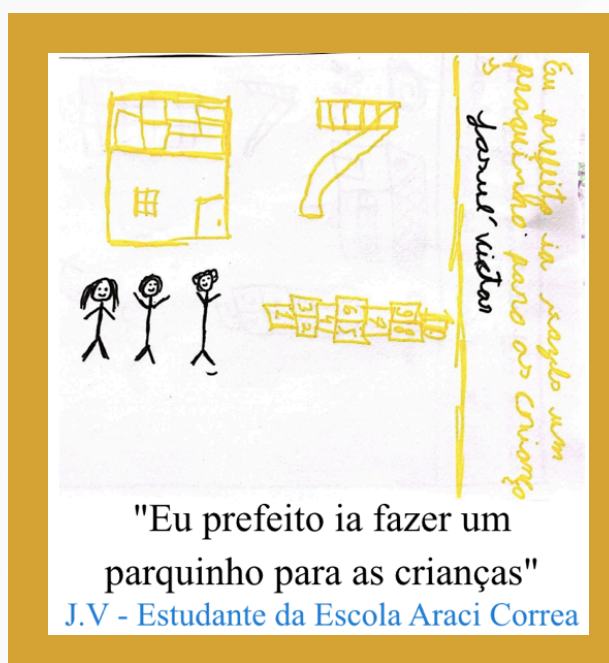
Considerando esta especificidade física há diversos eixos no PMPI que estimulam e garantem esse direito pleno ao desenvolvimento infantil como: Crianças com Saúde; A criança e o espaço-urbanizar e proteger a natureza; Evitando acidentes na primeira infância; Do direito ao brincar; Criança e infâncias diversas; Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e uso de telas digitais.

2.2 Desenvolvimento cognitivo

O desenvolvimento cognitivo ao longo dos seis primeiros anos é também acelerado e requer uma estimulação eficaz e eficiente para que as capacidades como a aprendizagem, o raciocínio e a linguagem sejam plenamente adquiridos. destaca-se que habilidades como a de aprender e memorizar já estão presentes desde as primeiras semanas de vida, mas ampliam-se e modificam-se com a idade. A partir do segundo ano, a criança começa a fazer uso de símbolos e resolver problemas, enquanto a compreensão e a linguagem também se desenvolvem. (PAPALIA, D. E. & MARTORELL, G., 2022).

O desenvolvimento cognitivo pode ser entendido por meio de estágio na primeira infância: o sensório-motor e o pré-operatório. Ao longo do estágio sensório-motor (que perpassa os dois primeiros anos), ocorre a transição do comportamento baseado, sobretudo, em respostas reflexas e aleatórias para comportamentos direcionados a uma meta. Nesse período, o bebê aprende a coordenar os estímulos percebidos a partir dos sentidos e a organizar suas atividades de acordo com o ambiente, além de aprender a utilizar símbolos e conceitos para resolver problemas simples.

Ao final do estágio sensório-motor, o bebê passa a apresentar a capacidade de representação, ou seja, de representar mentalmente objetos e ações na memória, sem que estes precisem estar presentes na realidade concreta imediata. O surgimento da capacidade de representação é um marco importante do desenvolvimento, ao permitir que a criança planeje suas ações e pense em soluções para os problemas sem precisar recorrer à tentativa e erro, utilizando símbolos, palavras e imagens mentais.

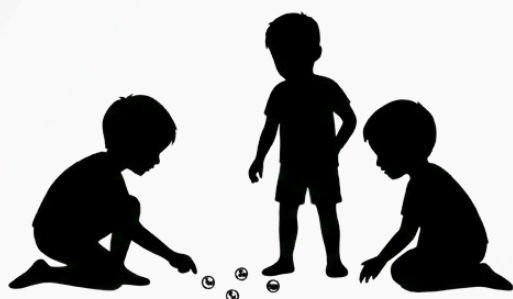


O estágio seguinte, pré-operatório (que tem início a partir dos dois anos, aproximadamente), caracteriza-se pela expansão dessa capacidade, com o maior uso do pensamento simbólico, acompanhado por um melhor entendimento do espaço e de noções como a causalidade (percepção de que os acontecimentos têm causas e efeitos) e a categorização (organização de objetos, pessoas e eventos em categorias). O estágio pré-operatório também é marcado por um certo egocentrismo: a tendência de crianças pequenas em centrar-se em seus próprios pontos de vista, tendo dificuldade em separar a realidade de seus pensamentos e imaginar perspectivas diferentes.

Para que se possa garantir o desenvolvimento pleno das características cognitivas na primeira infância os principais eixos, de acordo PNPI (2020): Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e uso de telas digitais; Educação infantil e a criança; Criança e infância diversa; Criança e a cultura; Protegendo as crianças contra a pressão consumista; Do direito ao Brincar; A criança e o espaço-urbanizar e proteger a natureza.

2.3 Desenvolvimento psicossocial

No domínio psicossocial do desenvolvimento humano, a primeira infância compreende o período no qual ocorre a formação dos primeiros vínculos afetivos, o desenvolvimento inicial da personalidade, a construção da noção de identidade e a gradativa transição entre dependência e autonomia. Nesse estágio, a família apresenta-se como o contexto principal de relações sociais da criança, tendo um papel fundamental para que seu desenvolvimento seja saudável e exercendo influência sobre diversos campos, desde o estabelecimento de relações bem-sucedidas com os outros até o desempenho escolar satisfatório. Ressalta-se que a interação com cuidadores afetuosos e responsivos gera impactos positivos que se estendem à vida adulta (PAPALIA, D. E. & MARTORELL, G., 2022





Ao longo dos primeiros anos de vida, a criança passa a se perceber como um ser distinto dos outros, reconhecendo a si mesma como indivíduo: é a emergência da autoconsciência, a partir da qual as emoções e as formas de interagir com o mundo se tornam mais complexas. Além disso, a criança aprende a discriminar entre pessoas conhecidas e desconhecidas, formando vínculos fortes e duradouros com seus cuidadores e outras pessoas importantes de seu convívio, como os irmãos. Tais relações iniciais funcionam como uma base para o desenvolvimento emocional e tendem a influenciar relacionamentos futuros fora do contexto familiar. A convivência com irmãos, por exemplo, possibilita que a criança aprenda desde cedo a lidar com conflitos e a compartilhar recursos (aprendizados necessários para a vida em geral) (PAPALIA, D. E. & MARTORELL, G., 2022).

Outro aspecto relevante desse período é o desenvolvimento do autoconceito (visão geral das características do indivíduo) e da autoestima (julgamento que a criança faz sobre o próprio valor). Na primeira infância, ambos dependem em grande parte da visão dos adultos e de como estes a comunicam, pois a maneira pela qual os pais, familiares e professores se referem às crianças e as características que eles lhes atribuem são incorporadas por estas. Por isso, o zelo e o respeito à criança, por parte dos adultos, são fundamentais para que um autoconceito saudável seja construído (PAPALIA, D. E. & MARTORELL, G., 2022)

Além dos eventos mencionados, os primeiros seis anos de vida também são marcados pelo desenvolvimento da capacidade de compreender e regular as próprias emoções. Esse aprendizado se dá por meio das interações sociais e ajuda as crianças a guiarem o próprio comportamento e conviver com as outras pessoas. Com a idade, a compreensão das próprias emoções amplia-se e contribui para uma conduta mais ativa e autônoma por parte da criança, a qual deve aprender a coordenar suas vontades e as regras estabelecidas pelos pais. A obediência aos comandos de seus pais e cuidadores é um passo inicial no caminho à socialização (incorporação de hábitos, crenças e valores compartilhados pela sociedade) (PAPALIA, D. E. & MARTORELL, G., 2022).

Não menos importante é o desenvolvimento Psicossocial que está contemplado no seguintes eixos: As famílias e as comunidades das Crianças; Assistência Social às Famílias com crianças na primeira infância; Convivência Familiar e Comunitária; As Crianças Vítimas de violação de Direito; As Crianças e Infância Diversas; Enfrentando às violências contra as crianças; Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças; Sistema de Justiça e a criança; As empresas e a primeira infância; A criança e o espaço-urbanizar e proteger a natureza.

Além dos aspectos teóricos sobre a primeira infância, os princípios e diretrizes são fundamentais, pois eles orientam todas as políticas públicas, do Município, Estado e Federação. A máxima que sem garantia do direito de crianças, o presente será doloroso, violador e desafiador.



3. Princípios e Diretrizes

O Município de Igarapé-Miri se mobilizou para mais uma vez reforçar a sua preocupação com crianças e adolescentes e neste momento dando ênfase para a primeira Infância. O município cumpre assim, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257 de 2016) que demanda especificações do que está previsto na Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e tantas outras normativas, nacionais e internacionais.

Para dar conta de cumprir tais metas se referenciou no Plano Nacional pela Primeira Infância, revisado em 2020 e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA). O documento apresenta princípios e diretrizes para o alcance da defesa, da promoção e da garantia dos direitos das crianças de até seis anos de idade destacando a prioridade absoluta dos direitos da criança.

3.1 Princípios Norteadores

As ações do Plano Nacional pela primeira infância envolvem a proteção e promoção dos direitos da criança até 6 anos deverão se orientar pelos seguintes Princípios:

1. A criança é sujeito, indivíduo, única, com valor em si mesma;
2. Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica como traço constitutivo da sociedade e, por inclusão, da infância no Brasil;
3. Integridade da criança;
4. Inclusão de toda criança em todas as circunstâncias de garantia de direitos;
5. Integração das visões científica, ética, política, estética e humanista da criança;
6. Articulação das ações;
7. Sinergia das ações;
8. Prioridade absoluta dos direitos da criança;
9. Prioridade, com destinação privilegiada de recursos, aos programas, serviços e às ações para as crianças socialmente mais vulneráveis;
10. Deveres da família, da sociedade e do Estado;





3.2 Diretrizes Políticas

1. Atenção à prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento, para atender o que os direitos da criança requerem;
2. Articulação e complementação dos planos nacional, estaduais, distrital e municipais pela primeira infância;
3. Manutenção de uma perspectiva de longo prazo;
4. Elaboração dos planos em conjunto: governo e sociedade, gerando corresponsabilidade do Estado, da sociedade e das famílias;
5. Participação do Poder Legislativo no processo de elaboração do plano;
6. Atribuição de prioridade para regiões, áreas geográficas ou localidades com maior necessidade;
7. Participação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente;

3.3 Diretrizes Técnicas

1. Integralidade do plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional;
2. Multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação junto às crianças, sejam realizadas de forma integrada;
3. Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança;
4. Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças, ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida das crianças de até seis anos. O lema é “cuidar de quem cuida”;
5. Reconhecimento de que a forma como se olha, se escuta e se atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira com que é tratada pelos adultos;
6. Escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante, acolhimento de suas mensagens e resposta a ela sobre a sua participação;
7. Foco nos resultados. São necessárias insistência e persistência para se alcançarem os objetivos e as metas do Plano Municipal Pela primeira Infância (PMPI);
8. Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação do PMPI.



4. Cenário histórico e dados oficiais do município de Igarapé-Miri

O município de Igarapé-Miri remonta ao final do século XVII, associada à exploração de madeira e à instalação de uma Fábrica Nacional. A consolidação do povoado ocorreu através da Sesmaria concedida a João Mello Gusmão em 1710 e, posteriormente, pela devoção a Nossa Senhora de Sant'Ana, cuja capela primitiva foi elevada à categoria de paróquia em 1752 (Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, 2025).

Em outubro de 1843, ainda sob o regime imperial, um decreto criou o Município de Igarapé-Miri, elevando a antiga freguesia à condição de Vila Sant'Ana de Igarapé-Miri (Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, 2025).

Em 1896, a Lei Estadual nº 438, de 23 de maio, elevou a então Vila à categoria de Cidade, momento em que sua denominação foi simplificada, passando a chamar-se oficialmente Igarapé-Miri (Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, 2025).

O município sofreu alterações administrativas em 1930, sendo extinto pelo Decreto Estadual nº 6, de 4 de novembro, e seu território anexado a Igarapé-Miri. Contudo, ainda no mesmo ano, o Decreto Estadual nº 78, de 27 de dezembro, restabeleceu sua autonomia municipal (Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, 2025).

4.1 Localização do município de Igarapé-Miri

O município de Igarapé-Miri está localizado no Estado do Pará, conta com uma extensão territorial de 1.997 km², o que corresponde a 0,2% da área total do território paraense e apresenta uma densidade demográfica de 32,47 habitantes por km² (FAPESPA, 2025).

Igarapé-Miri localiza-se na região do Baixo Tocantins, no estado do Pará, fazendo limite ao norte com os municípios de Abaetetuba e Muaná, a leste com Abaetetuba e Moju, ao sul com Moju e Mocajuba, e a oeste com Cametá e Limoeiro do Ajuru (FAPESPA, 2025). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município apresenta divisão entre zonas urbana e rural, sendo marcado por ampla extensão territorial e forte presença de comunidades ribeirinhas (FAPESPA, 2025).

Do ponto de vista administrativo, Igarapé-Miri é composto pelo distrito-sede e por sete distritos oficialmente reconhecidos: Maiauatá, Anapu, Meruú-Açu, Cají, Alto do Meruu, Panacauera e Pindobal Grande (FAPESPA, 2025).



Cenário histórico e dados oficiais do município de Igarapé-Miri

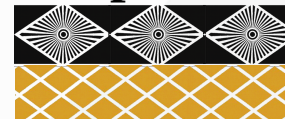
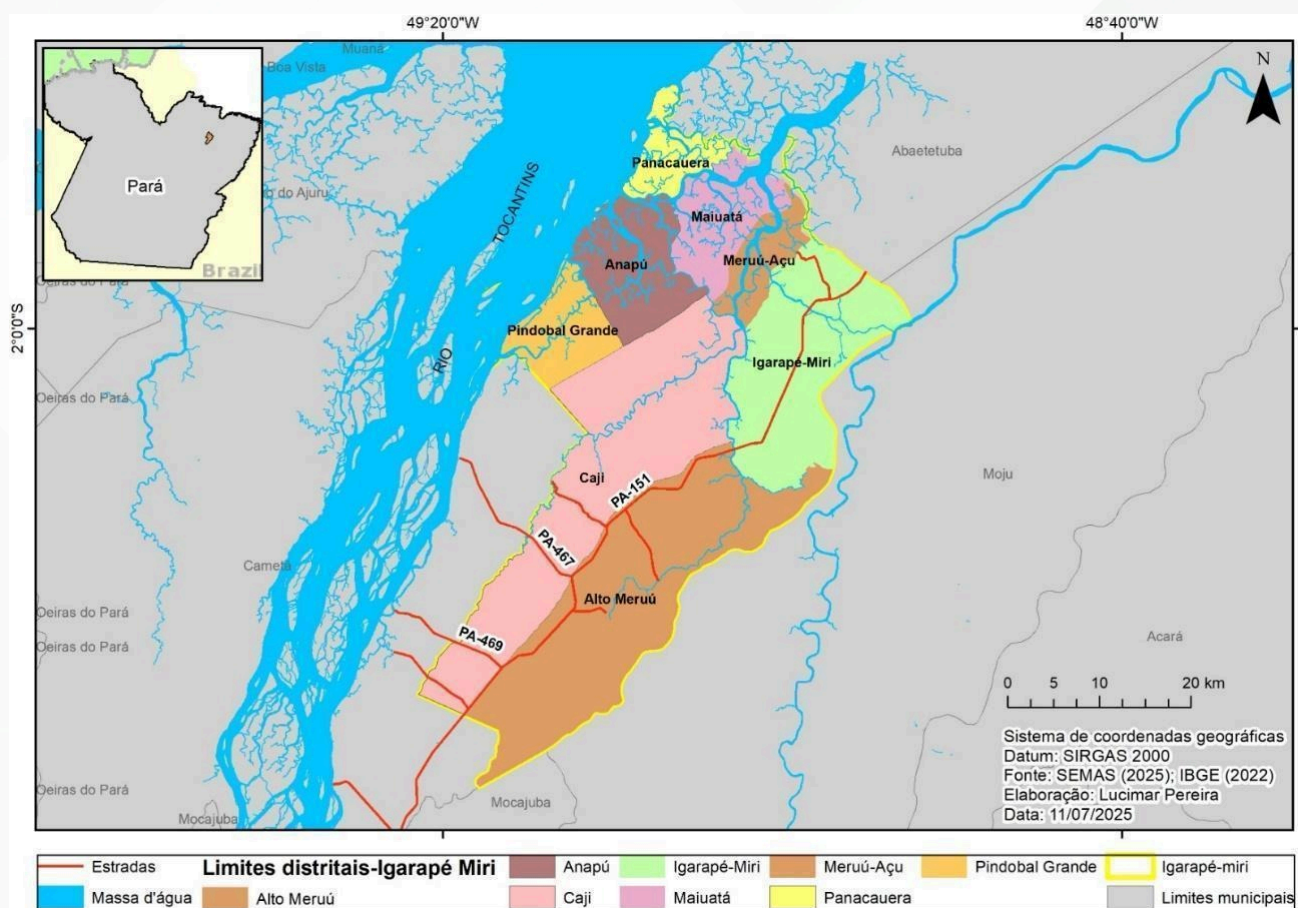


Imagem 03 – Mapa das zonas distritais de Igarapé-Miri.

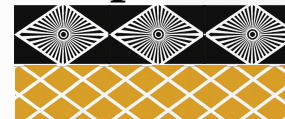


Fonte: SEMAS, 2025 E IBGE 2022.

Elaboração: Lucimar Pereira.

A área urbana da sede municipal é formada por bairros consolidados, como Centro, Cidade Nova, Matinha, Perpétuo Socorro, Boa Esperança e São Paulo, conforme estabelecido no Plano Diretor Municipal (Lei nº 4.948/2006). Além desses bairros, a zona urbana mantém interação direta com áreas de expansão e vilas próximas. Já a zona rural caracteriza-se por sua grande extensão e complexidade socioterritorial, sendo composta por numerosas comunidades ribeirinhas e de terra firme (FAPESPA, 2025).





4.2 Cenário do município de Igarapé-Miri para o plano municipal pela primeira infância

Os dados apresentados nesse item seguem a lógica de entender o cenário de serviços e ações atuais que o município já desenvolve, assim como propõe outros serviços e ações que devem ser aperfeiçoados e ou implantados. Serviços e ações respaldados pela execução das políticas públicas como: saúde, educação, assistência social, conjuntamente com as demais, como saneamento, transporte, meio ambiente, habitação, entre outros.

A contextualização do município de Igarapé-Miri foi pensada em quatro grandes eixos como forma de apresentar alguns dados quantitativos de maneira que ajude a elaborar propostas de ações para a primeira infância. Assim este documento apresentará dados demográficos, da saúde, da educação e da assistência social.

4.3 Demografias

Neste eixo os dados apresentados são: população, área e densidade demográfica; população por faixa etária, sexo, e algumas estimativas populacionais do município. Conforme a Tabela 01 os dados demográficos demonstram um aumento da sua população, conforme os anos de 2019 a 2024. Tal aspecto pode sinalizar que a população referente a primeira infância de 0 a 6 anos também aumentou. A população estimada em 2025 será de 69.446 segundo IBGE (2022).

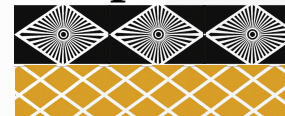
Tabela 01. População, Área e densidade demográfica (2019-2022)

Anos	População (Hab.)	Área (Km ²)	densidade (Hab./Km ²)
2019	62698	1996,79	31,4
2020	63036	1996,79	31,57
2021	63367	1996,79	31,73
2022	64831	1996,79	32,47

Fonte: IBGE (2022)

Elaboração: NECA (2025)





A seguir, os dados da Tabela 02, referente ao ano de 2022 apresenta uma população maior na zona urbana, no entanto, nota-se que a maior parcela da população miriense encontra-se nas áreas rurais sendo 55% do total, somando 35.920 pessoas.

Tabela 02. População Segundo Situação de Unidade domiciliar (2000/2007/2010/2022)

Anos	Urbana	Rural	Total
2000	24983	27621	52604
2007	25842	28831	54673
2010	26205	31872	58077
2022	28911	35920	64831

Fonte: IBGE (2022)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD (2024)

O percentual da população entre 0 e 6 anos representa 11,18% da população do município, somando cerca de 7.245 crianças de um total de 64.831 habitantes no município, de acordo com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia (2025), por meio do Primeira Infância em Dados. A Tabela 03, elaborada a partir dos dados da FAPESPA (2024) revela em 2022 uma estimativa populacional de 10.823 crianças entre 0 e 09 anos de idade (cerca de 16% da população total), portanto, a população alvo das políticas públicas e ênfase desse plano para os anos de 2026-2035. Outro dado revelado é a diminuição dos registros populacionais de crianças menores de 1 ano de idade, assim como as de crianças de 01 a 04 anos e de 05 a 09 anos.

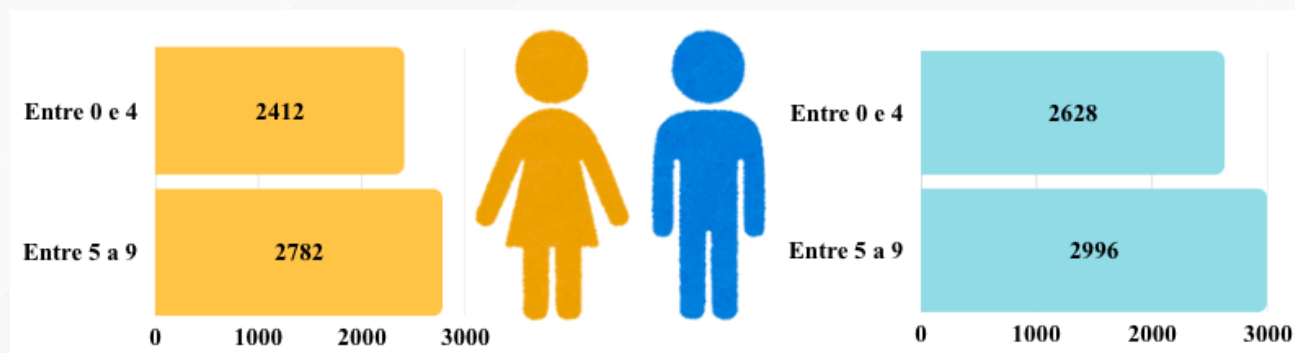


**Tabela 03.** População residente 0 a 9 anos (2000-2022)

Faixa etária	2000	2007	2010	2022
<1 ano de idade	1342	1203	1238	947
01 a 04 anos de idade	5713	5080	5316	4098
05 a 09 anos de idade	7479	6399	6345	5778
Total	14534	12682	12899	10823

Fonte: FAPESPA/SEPLAD (2024)**Elaboração:** FAPESPA/SEPLAD (2024)

Importante também analisar a Imagem 04 sobre sexo, o que revela uma população maior do sexo masculino. Esse dado pode sinalizar investimento em áreas cruciais pensando em termos do nascimento por sexo.

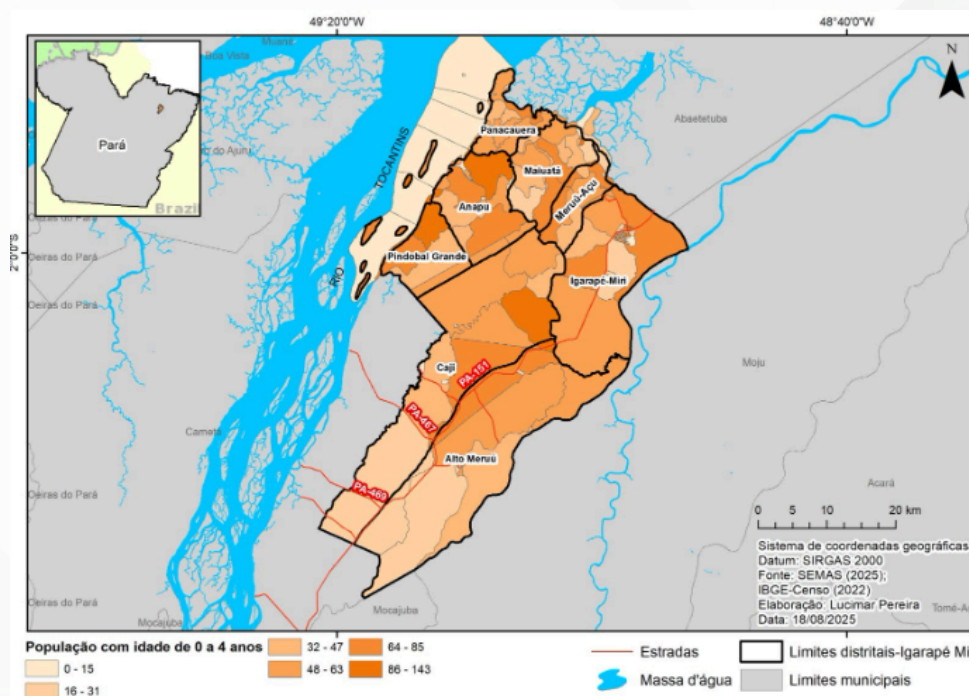
Imagem 04. Crianças residentes idade (1 a 9 anos) e sexo (2022)**Fonte:** IBGE – Censo (2022).**Elaboração:** NECA (2025).

Os mapas (Imagem 05 e 06) mostram a distribuição da população entre 0 e 4 anos e 5 e 9 anos no território. Essa informação revela que ações (saúde, educação, e assistência social) mais específica considerando o número de crianças residentes por distrito.



Cenário histórico e dados oficiais do município de Igarapé-Miri

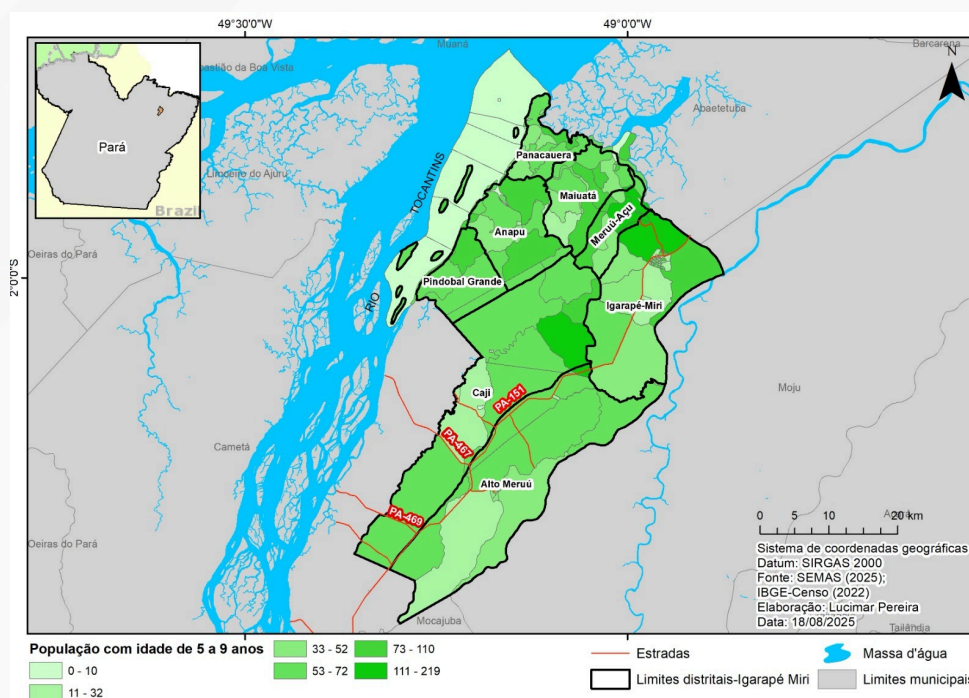
Imagem 05 - Mapa distribuição da população de 0 a 4 anos, segundo distrito.



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente/Censo IBGE 2022.

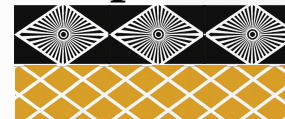
Elaboração: Lucimar Pereira.

Imagem 06 - Mapa distribuição da população de 5 a 9 anos, segundo distrito.



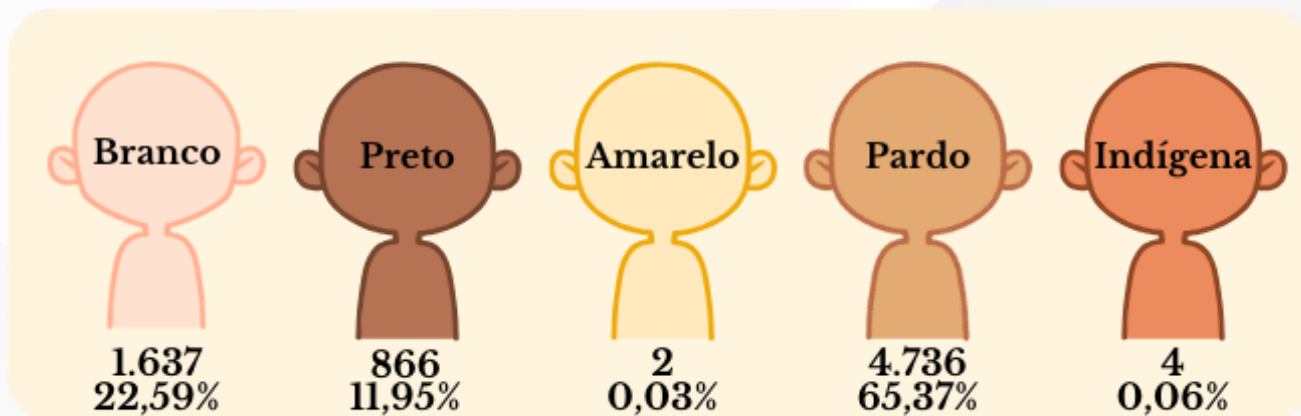
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente/Censo IBGE 2022.

Elaboração: Lucimar Pereira.



Quanto aos dados sobre as características da cor da pele da criança, a Imagem 07 revela que há maiores registros de população negra: 866 pretos e 4.736 pardos.

Imagem 07. População por idade entre 0 e 6 anos - por raça/cor



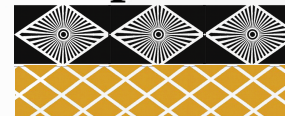
Fonte: IBGE (2022) - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia

Elaboração: NECA (2025)

4.4 Saúde

No eixo da saúde, as informações são apresentadas por uma diversidade de dados que ajudem e pensar em ações que contemplem a área da primeira infância de 0 a 6 anos. Esta área é uma das partes mais importantes deste plano. A sua abrangência envolve todas as dimensões da primeira infância: biológica, cognitiva e psicossocial. Os dados da Tabela 04 revelam o número de profissionais que o município tem para atender a população em geral. Mostra que aumentou em alguma especialidade (médico, enfermeiro, nutricionista, assistente Social), se manteve em odontólogo, fonoaudiólogo, farmacêutico e reduziu em psicólogo e auxiliar de enfermagem.



**Tabela 04.** Profissionais de Saúde, Segundo Município 2021-2024

Profissionais de Saúde	2021	2022	2023	2024
Médico	17	15	17	18
Odontólogo	8	8	9	9
Enfermeiro	25	26	33	41
Fisioterapeuta	4	5	7	9
Fonoaudiólogo	0	2	2	2
Nutricionista	5	4	4	5
Farmacêutico	0	0	2	2
Assistente Social	5	5	7	8
Psicólogo	5	4	7	5
Auxiliar de Enfermagem	3	3	1	0
Técnico de Enfermagem	85	85	102	97
Total	157	157	191	196

Fonte: DATASUS/MS**Elaboração:** FAPESPA/SEPLAD (2024)

As Tabelas 05, 06 e 07 referem-se as unidades ambulatoriais e os equipamentos para a população em geral.



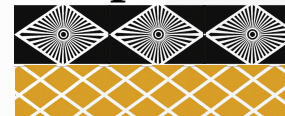
Cenário histórico e dados oficiais
do município de Igarapé-Miri

Tabela 05. Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2021-2024

Profissionais de Saúde	2021	2022	2023	2024
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	13	13	13	17
Central de regulação de serviços de Saúde	-	-	-	-
Clínica/Ambulatório especializado	4	4	4	3
Consultório isolado	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-
Farmácia	-	-	-	-
Hospital especializado	-	-	-	-
Hospital geral	2	2	2	2
Hospital dia	1	1	1	1
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-
Posto de Saúde	1	1	1	-
Pronto socorro especializado	-	-	-	-
Pronto socorro geral	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	1	1	1	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	5	5	5	3
Unidade de Vigilância em Saúde	1	1	1	1
Unidade mista	-	-	-	-
Unid. móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	1	1	1	-
Unidade móvel fluvial	1	1	1	-
Unidade móvel terrestre	1	1	1	-
Outros	3	3	3	2
Total	34	34	34	30

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD (2024)

**Tabela 06.** Leitos por Habitantes 2015-2024

Leitos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Número de Leitos - Hospitalares	133	133	133	144	144	151	145
Número de Leitos - Ambulatórios	17	17	17	18	18	15	15
Número de Leitos - Urgência	13	13	13	13	13	10	10
Total de leitos	163	163	163	175	175	176	170
Leitos/Mil habitantes	2,61	2,6	2,6	2,76	2,7	2,57	2,47

Fonte: DATASUS/MS**Elaboração:** FAPESPA/SEPLAD (2024)

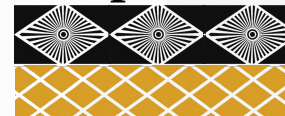
A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda 3 a 5 leitos por mil habitantes. No entanto, o município de Igarapé-Miri está com 2,47 leitos/mil habitante com patamar similar ao dado Nacional.



**Tabela 07.** Hospitais Segundo Algumas Características 2020-2024

Características	Hospitais					Leitos				
	2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2022	2023	2024
Natureza jurídica										
Administração Pública	1	1	1	1	1	57	63	63	63	57
Entidades Empresariais	1	2	2	2	2	76	81	81	88	88
Entidades sem Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esfera jurídica										
Administração Pública	1	1	1	1	1	57	63	63	63	57
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual ou Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	1	1	1	1	1	57	63	63	63	57
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades Empresariais	1	2	2	2	2	76	81	81	88	88
Emp. Púb. ou Soc. de Econ. Mista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Entidades Empresariais	1	2	2	2	2	76	81	81	88	88
Entidades sem Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS/MS**Elaboração:** FAPESPA/SEPLAD (2024)



A Tabela 08 revela que há um total, em 2023, de 248 adolescentes (pessoas de 10 a 19 anos) que engravidaram, o que aponta para a fragilidade de uma gestação com o corpo ainda imaturo para tal função e que pode desencadear: baixo peso ao nascer, parto prematuro entre outros comprometimentos no desenvolvimento infantil, em decorrência da condição física, emocional destas. Tais dados sinalizam que políticas públicas devem priorizar medidas de prevenção a gravidez precoce e o cuidado e proteção às mães e aos filhos.

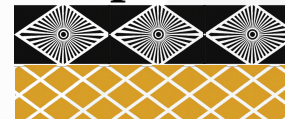
Tabela 08. Nascimento por Faixa Etária Mãe 2014-2023

Faixa Etária/Mãe	2019	2020	2021	2022	2023
10 a 14 anos	21	13	22	20	15
15 a 19 anos	271	248	270	267	233
20 a 24 anos	384	337	348	344	303
25 a 29 anos	274	249	264	242	261
30 a 34 anos	120	104	150	119	133
35 a 39 anos	52	52	65	44	64
40 a 44 anos	20	8	14	12	10
45 a 49 anos	1	2	1	2	-
50 a 54 anos	1	-	-	-	-
55 a 59 anos	-	-	-	-	-
60 a 64 anos	-	-	-	-	-
Idade Ignorada	-	-	-	-	-
Total	1144	1013	1134	1050	1019

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD (2024)





Um outro dado na Tabela 09 refere-se ao nascimento até o ano de 2023. Sinalizando que 1.019 crianças nasceram no município e devem estar sendo acompanhadas pela saúde no que envolve os aspectos como: vacinação, desenvolvimento neuro-motor, nutrição e aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, ausência de mamadeira e chupetas em todo processo do desenvolvimento infantil.

Tabela 09. Nascimento por residência da mãe e sexo da criança 2020-2023

Sexo	2020	2021	2022	2023
Masculino	525	586	524	526
Feminino	488	548	526	492
Ignorado	-	-	-	1
Total	1013	1134	1050	1019

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD ((2024))

A imagem 07, a seguir, refere-se ao gráfico de percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal. Os dados mostram que em 2022 um total de 51,52% de mães que realizaram o acompanhamento. O aumento da cobertura de pré-natal é um fator determinante para a diminuição da mortalidade materna e infantil. O cumprimento da meta de sete ou mais consultas não apenas melhora indicadores vitais, como a redução de baixo peso ao nascer e o incentivo ao aleitamento, mas também fortalece a vigilância em saúde. Ressalta-se, porém, que o número de atendimentos deve vir acompanhado de qualidade clínica, proporcionando à gestante acesso integral aos exames e à detecção ágil de possíveis complicações. A literatura (OLIVEIRA et al., 2025) enfatiza que o pré-natal é essencial para o desenvolvimento do feto e da criança, assim como para a parturiente. O percentual vem crescendo, no entanto ainda está num patamar que requer atenção e ação por parte das autoridades como forma de identificar prematuramente algum problema ou ainda de qualificar o período da gestação por ser chave para o desenvolvimento infantil.



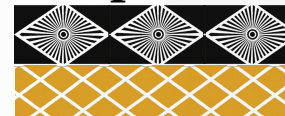
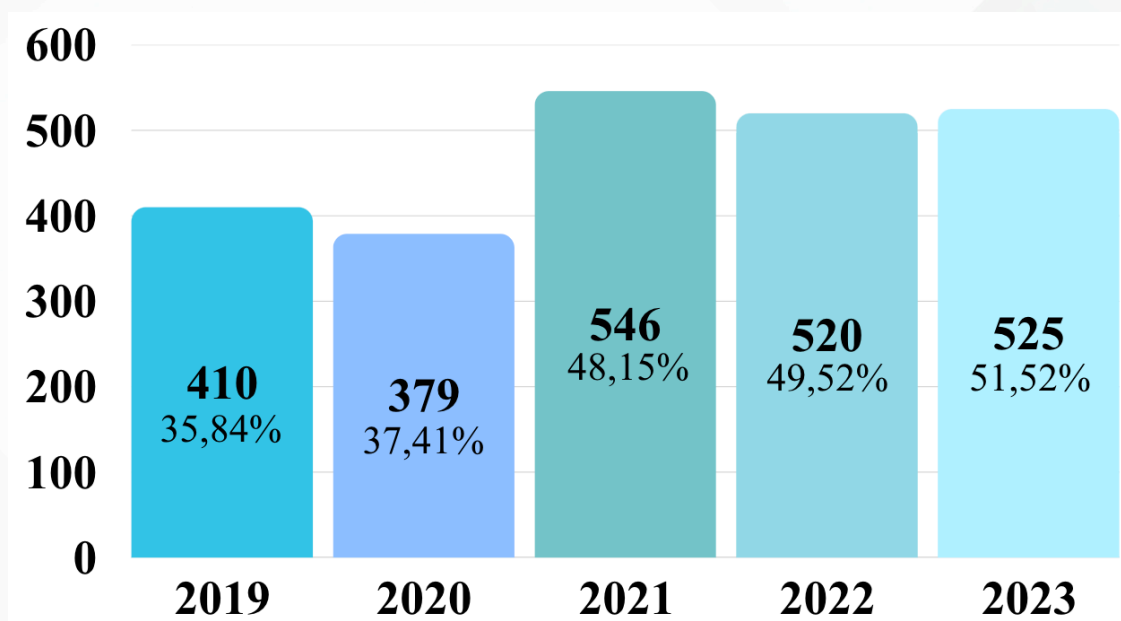


Imagem 07. Gráfico do Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal



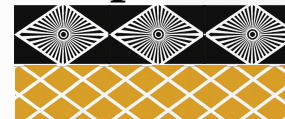
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS (2010-2023)

Elaboração: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia – NECA (2025)

Na tabela 10 é possível observar crianças que nasceram com baixo peso. No ano de 2023 nasceram 115 Crianças com peso até 2.499 g e que necessitaram ser acompanhadas. Além disso, nota-se um aumento dessa ocorrência. Este indicador evidencia crianças que iniciam o ciclo vital em desvantagem de desenvolvimento, refletindo falhas como desnutrição materna, assistência pré-natal inadequada, prematuridade e excesso de cesarianas. Para melhorar esses resultados, é imperativo investir na qualificação da atenção primária, focando na detecção de riscos e vigilância alimentar.

A eficácia das ações deve ser medida pela variação percentual: a simples queda no número absoluto de bebês abaixo de 2,5kg não indica sucesso se a proporção em relação ao total de nascidos vivos permanecer estagnada. Segundo Kale e Fonseca (2023), alertam que o baixo peso ao nascer frequentemente decorre da restrição do crescimento intrauterino (RCIU), configurando um fenótipo de alto risco não apenas para a mortalidade neonatal, mas para o desenvolvimento futuro da criança. Esse inadequado crescimento fetal está intrinsecamente ligado a fatores maternos modificáveis. Nesse sentido, Carvalho e Oliveira (2023) corroboram que a qualidade da assistência pré-natal e o estado nutricional da gestante são determinantes para evitar tais desfechos. Deste modo, a vigilância durante o período gestacional reafirma-se como um campo prioritário de investigação científica e intervenção, visto que o baixo peso ao nascer continua sendo um importante problema de saúde pública.



**Tabela 10.** Frequência por Peso ao Nascer segundo Ano do Nascimento 2019-2023

Peso	2019	2020	2021	2022	2023
Menos de 500g	3	4	9	-	2
500 a 999g	2	2	3	3	1
1.000 a 1.499g	8	7	9	7	8
1.500 a 2.499g	94	87	85	102	104
2.500 a 2.999g	264	253	301	282	282
3.000 a 3.999g	736	623	682	618	585
4.000 e mais	37	37	45	38	35
Ignorado	-	-	-	-	2
Total	1144	1013	1134	1050	1019

Fonte: DATASUS/MS**Elaboração:** Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia-NECA (2025)

Em 2023 Igarapé-Miri teve 115 (11,29%) nascimentos registrados com baixo peso, em 2022 houve 112 nascimentos (10,67%), em 2021 106 (9,35%) de nascimentos, em 2020 100 nascimentos (9,87%) e 2019 107 nascimentos (9,35%), segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia (2025).

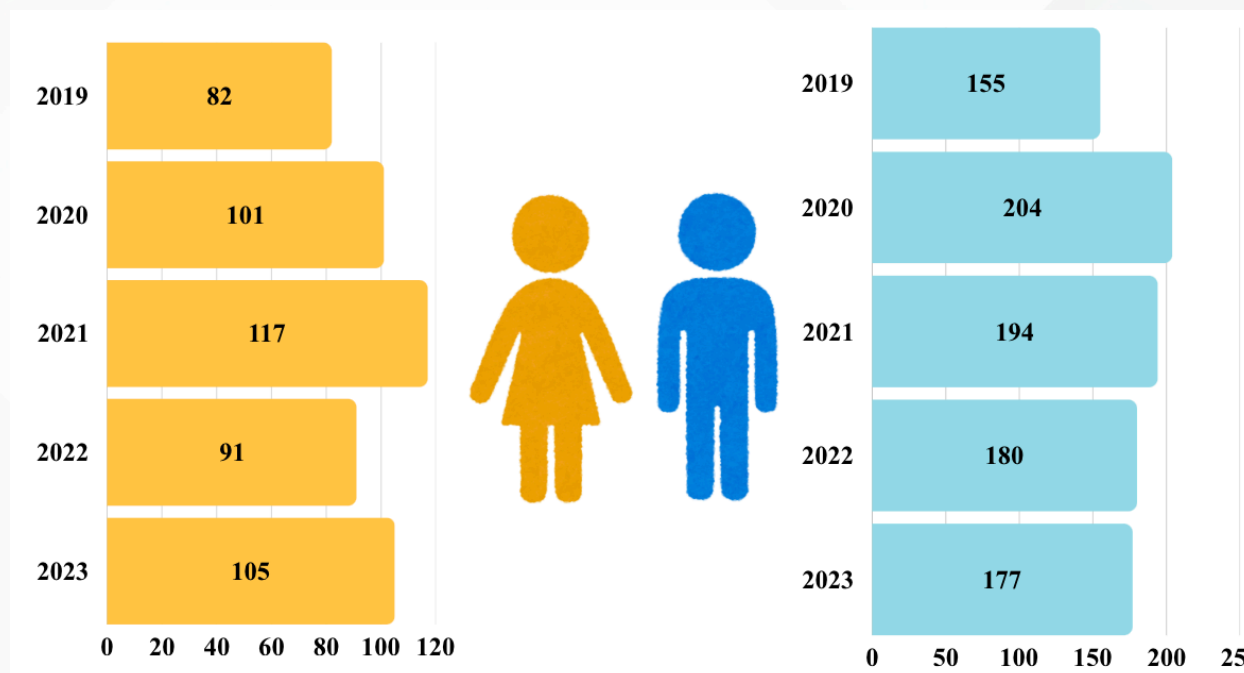
Segundo o IBGE, em 2023, Igarapé-Miri é o 44º município do estado do Pará no ranking de mortalidade infantil, com a taxa de 17,6 óbitos por mil nascidos vivos. E o 26º por óbito de idade menor que 1 (um) ano com um total de 18 óbitos, e o 30º por nascimento, com um total de 1019 nascimentos em 2023.

Imagem 08 demonstra o número total de óbitos por residência, havendo a ressalva de que, em 2023, um óbito teve o sexo ignorado. Complementarmente, os dados da Imagem 06 revelam que a maior concentração de falecimentos ocorre na faixa etária menor de 1 ano. Segundo a revisão de literatura realizada por Ferreira et al. (2024), é consenso nos estudos epidemiológicos que a mortalidade infantil tende a ser maior no sexo masculino devido a uma maior vulnerabilidade biológica inata. Contudo, os autores destacam que essa disparidade pode ser mitigada por fatores externos. A redução recente nos índices de mortalidade masculina, observada na literatura, sugere que melhorias nas condições socioeconômicas e, fundamentalmente, a qualificação da assistência pré e pós-natal têm um impacto decisivo na proteção desses recém-nascidos, compensando sua fragilidade natural através do cuidado clínico adequado.





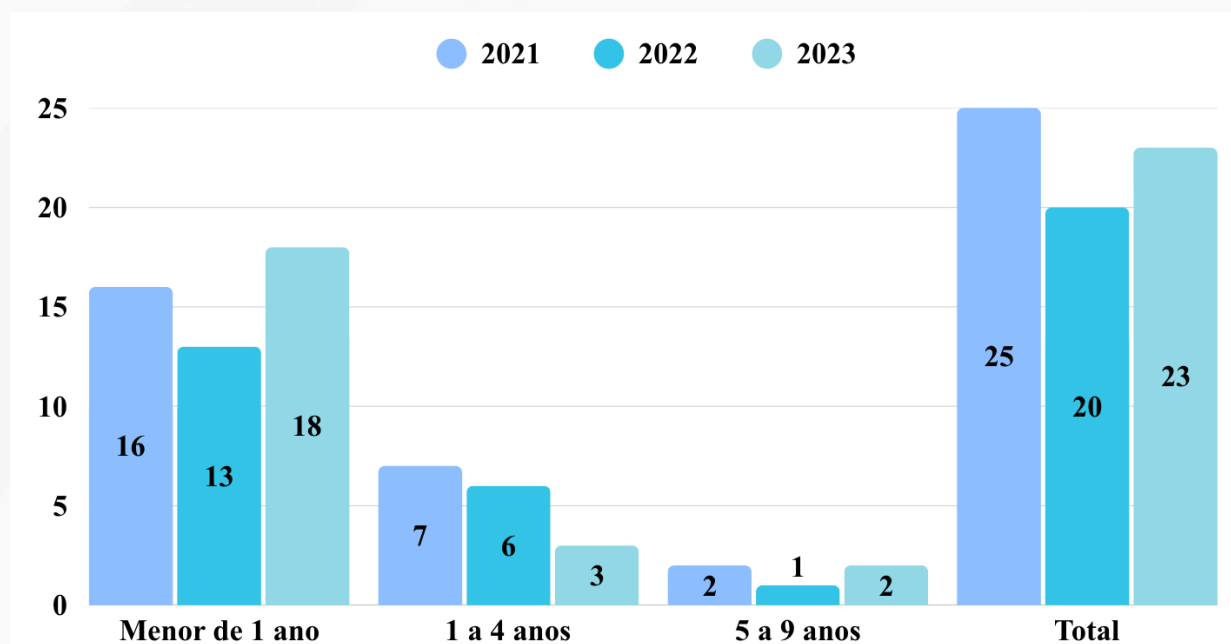
Imagem 08. Gráfico de Óbitos/Sexo da criança 2019-2023



Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD (2024)

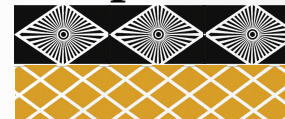
Imagem 09. Gráfico de Óbitos/Faixa Etária das crianças 2021-2023



Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD (2024)



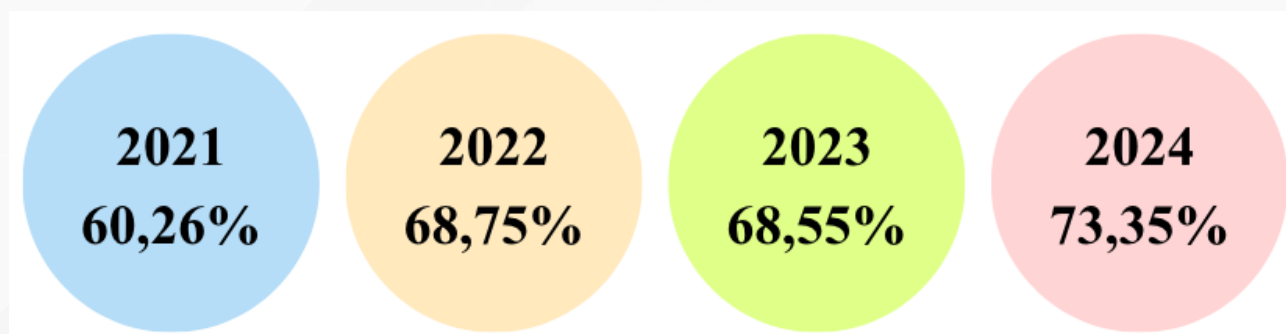


Segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia (2025), na análise da mortalidade infantil total do município de Igarapé-Miri de crianças de 0 a 6 anos, identificou-se os seguintes dados: em 2023: 18 óbitos, em 2022: 13 óbitos, em 2021: 16 óbitos, em 2020: 17 óbitos e em 2019: 16 óbitos.

Ao observar o percentual de mortalidade infantil, agora identificando por causas evitáveis, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia (2025) apresenta os seguintes dados: 2023 13 óbitos, equivalente a 72,22%; 2022 5 óbitos equivalente a 38,46%, em 2021 10 óbitos, equivalente a 62,50%; em 2020 12 óbitos, equivalente 70,59%; e em 2019 8 óbitos, equivalente à 50%. Ou seja, requer uma atenção mais que especial visto a alta frequência de óbitos por mortes evitáveis.

A Imagem 10 demonstra a evolução dos cadastros realizados pelas equipes de atenção primária e saúde da família. O indicador é fundamental para a articulação de políticas intersetoriais, abrangendo desde a proteção à infância até cuidados nutricionais. O cálculo considera a proporção da população cadastrada pelas equipes financiadas pelo Ministério da Saúde em relação à estimativa populacional do IBGE.

Imagem 10. Cobertura da atenção primária à saúde de crianças da primeira infância

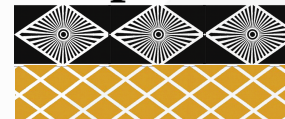


Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia – NECA (2025)

A cobertura vacinal de crianças de 0 a 6 anos em 2023, segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apresentou os seguintes índices: 92,44% para Hepatite B e Penta (942 crianças); 89,70% para BCG (914 crianças); e 85,38% para a primeira dose da Tríplice Viral (870 crianças). Destaca-se, porém, que a segunda dose da Tríplice Viral foi aplicada em apenas 30,72% (313 crianças) do grupo analisado.





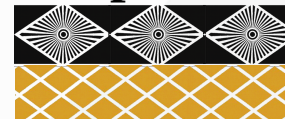
A literatura recente, como a revisão integrativa de Teixeira et al. (2024), reafirma que o Programa Nacional de Imunização (PNI) é um pilar essencial da saúde pública no Brasil, responsável pela prevenção e controle de diversas doenças infectocontagiosas. Os autores destacam que as ações de imunização geram benefícios diretos e indiretos inestimáveis, impactando positivamente a redução da mortalidade e a melhoria das condições sanitárias da população. Além disso, Teixeira et al. (2024), sublinham que a manutenção da alta cobertura vacinal é crucial não apenas para a saúde, mas para a sustentabilidade econômica do sistema, evitando custos elevados com tratamentos de doenças preveníveis. Contudo, o estudo alerta que, para preservar esses avanços históricos, é necessário enfrentar os desafios contemporâneos que ameaçam a adesão vacinal.

Os dados da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal indicam uma prevalência de 35,87% de aleitamento materno em crianças menores de 6 meses. Contudo, é necessário interpretar esses números com cautela, uma vez que são provenientes dos relatórios de consumo alimentar do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional). Como tais dados dependem do preenchimento pelas secretarias municipais de saúde, eles não representam o universo total de crianças da localidade, mas apenas aquelas cadastradas e acompanhadas pelo sistema. Assim, requer saber se há no município algum tipo de monitoramento continuado para este quesito.

A altura das crianças de 0 a 5 anos, obtida também pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, é de: 8,51% crianças com altura muito baixa, 12,39% crianças de altura baixa e 79,10% crianças com altura adequada. Além disso, 7% das crianças mirienses de 0 a 5 anos são consideradas com baixo peso e 6,35% com peso elevado.

Os cuidados com a criança nos primeiros anos de vida e a estimulação precoce exercem uma função importante no seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social. É parte da avaliação integral da saúde da criança manter o vínculo dela e de sua família com os serviços de saúde, propiciando oportunidades de abordagem para a promoção da saúde, amamentação, alimentação complementar, promoção de hábitos de vida saudáveis, vacinação, prevenção de doenças e agravos, provendo o cuidado em tempo oportuno. As ações, estratégias e linhas de cuidado voltadas para o público de 0 a 6 anos são planejadas em virtude dos principais problemas que acometem a infância, com base nos indicadores de mortalidade infantil (menores de 1 ano) e na infância (do nascimento aos 5 anos de idade) e de morbidade decorrentes de doenças e agravos à saúde da criança, para atender as especificidades de saúde de cada faixa etária (BRASIL, 2014).





Sinaliza-se que no encontro com as famílias ribeirinhas a demanda da saúde foi um tema recorrente, geralmente associado a ausência de Agentes Comunitários de Saúde, além da dificuldade de acesso para marcação de consultas, vacinas e exames que devem ser agendados e realizados na sede do município presencialmente em diferentes momentos, o que acarreta para a população despendar de altos valores de passagens, assim como, o tempo de deslocamento.

4.5. Educação

O terceiro eixo para o desenvolvimento adequado na primeira infância refere-se aos aspectos educacionais. Atualmente, a compreensão do processo de aprendizagem evoluiu para uma perspectiva de desenvolvimento integral. Conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), a aprendizagem não ocorre de forma compartimentada, mas sim pela articulação indissociável entre os aspectos físico-motor, cognitivo, social e emocional. Nesse contexto, o Plano Nacional pela Primeira Infância (RNPI, 2020) destaca que garantir essa qualidade exige investimento robusto: é necessário prover espaços físicos que sejam seguros e desafiadores, adequados ao contexto local, além de assegurar recursos humanos especializados e formação continuada para acolher as crianças de 0 a 6 anos.

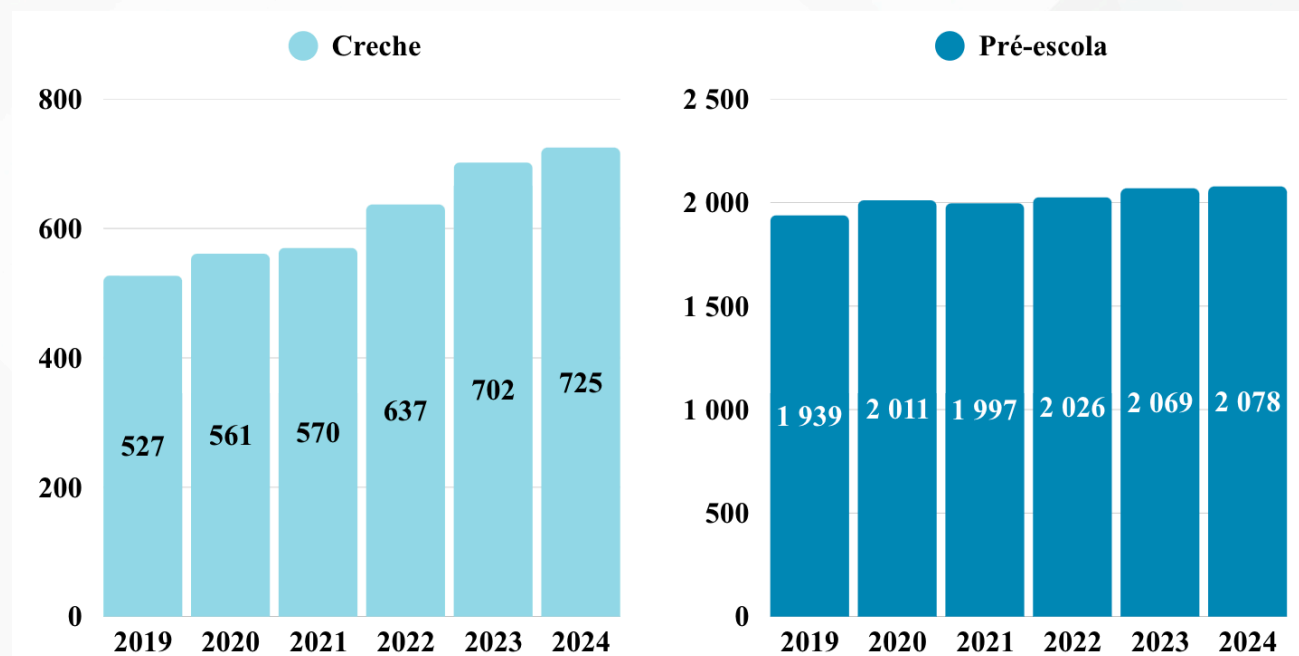
O quantitativo de professores envolvidos na Educação Infantil de acordo com os dados do Censo Escolar elaborado pelo INEP e Ministério da Educação é de 185 professores regentes de turma com formação continuada específica para atuação em creches e pré-escolas (SEMEC-2022).

Na análise das matrículas dos alunos, creche e pré-escola, a Imagem 11 demonstra o número de crianças matriculadas nos anos de 2019-2024 na rede de ensino pública do Município de Igarapé-Miri, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2024) com aumento progressivo de matrícula na modalidade creche e na pré-escola com uma curva de ascendência menor.





Imagem 11. Gráfico de Matrícula em creche e pré-escola em instituições públicas 2019 a 2024



Fonte: INEP (2024)

Elaboração: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/Datapedia/NECA (2025)

Outro indicador relevante refere-se ao perfil racial das matrículas na Educação Infantil. De acordo com a Imagem 12, observa-se que as crianças pardas constituem a maioria nas creches e pré-escolas. Essa distribuição reflete a demografia predominante da população miriense e brasileira. Contudo, a visibilidade estatística desse grupo só é possível graças ao aprimoramento na coleta de dados. Conforme destaca o Anuário Brasileiro da Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2024), o preenchimento do quesito cor/raça no Censo Escolar, que historicamente apresentava altas taxas de "não declaração", tornou-se a ferramenta central para monitorar a equidade no acesso escolar. Assim, os dados atuais permitem não apenas uma amostra da realidade contextual do município, mas servem de base para verificar se a oferta de vagas está de fato alcançando a população negra (pretos e pardos) de forma proporcional à sua presença na sociedade.



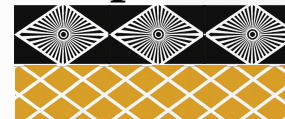
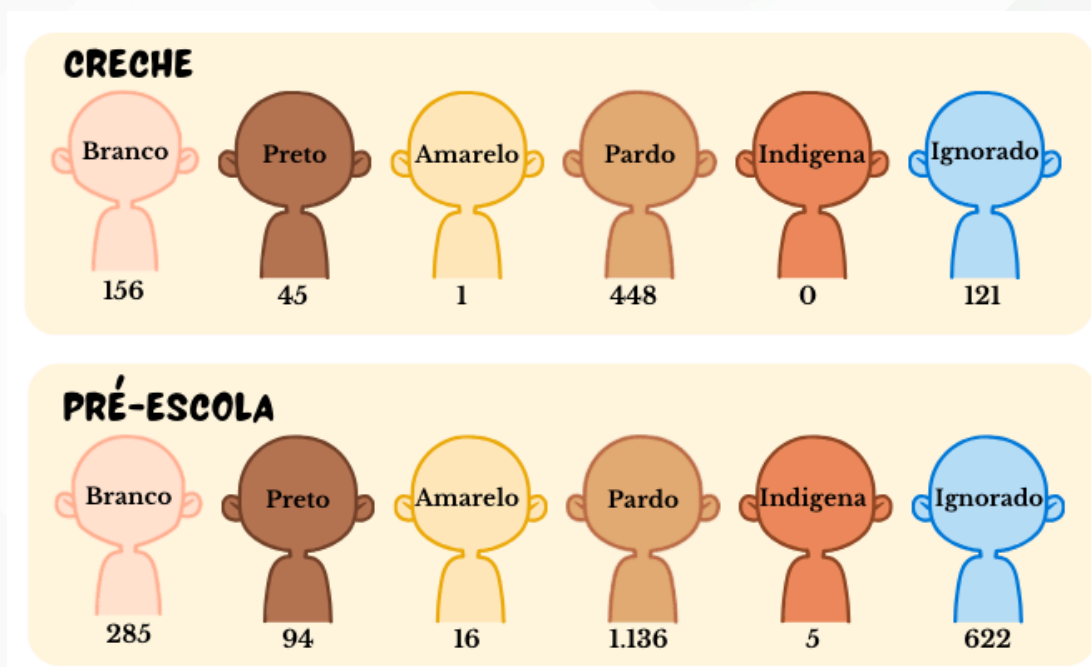


Imagem 12. Número de matrículas, segundo cor ou raça em creches e pré-escola em 2024



Fonte: INEP (2024) / Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Elaboração: NECA, (2025)

Os dados da Imagem 13 revelam segundo dados do INEP (2024) número de matrículas de crianças entre 0 e 6 anos de idade maior na área rural. Isso revela que o Município de Igarapé-Miri tem garantido o direito de crianças se maticularem, tanto na área urbana, quanto na rural.

Imagem 13. Número de matrícula por localização a Educação Infantil 2024 (INEP/DATA)



Fonte: INEP/DATA-Censo/escolar (2024)

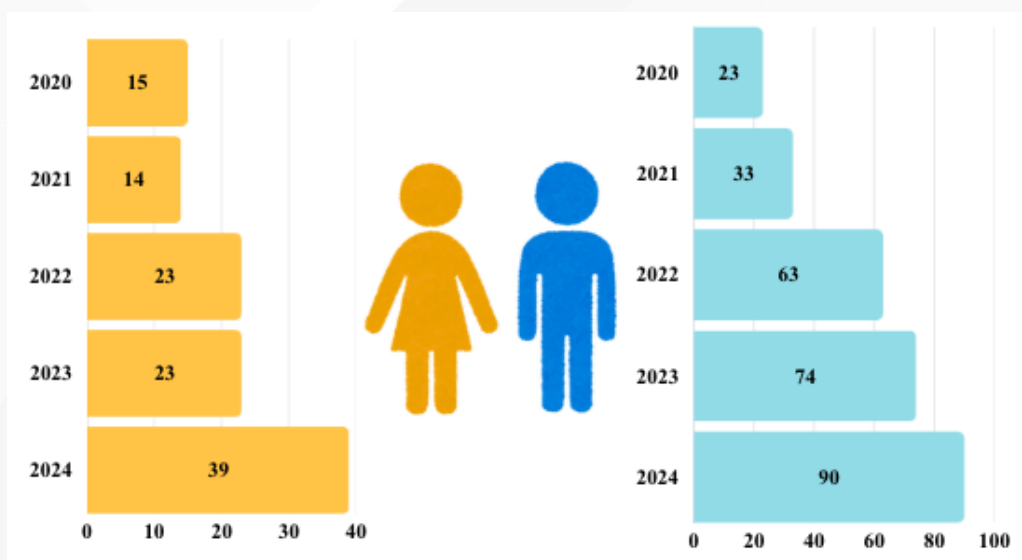
Elaboração: NECA, 2025





Ao analisar as matrículas de educação especial em creches e pré-escolas, segundo o INEP DATA (2024), observa-se um quantitativo de 129 crianças matriculadas em classes comuns, visto não ter sido encontrado registros de classes especiais. Segundo a Imagem 10 revela a série histórica de matrícula da educação especial na creche e pré-escola no município de Igarapé-Miri. A literatura da área (BAIO, WIGGINS, CHRISTENSEN, ET al, 2018) sinaliza que os meninos são mais frequentemente diagnosticados com o TEA. Os dados também apontam que a escola tem sido mais inclusiva e que há uma discrepância na inclusão com relação ao sexo. Essa discrepância pode ser problematizada considerando quais as razões para esse número: os meninos têm tido mais acesso que as meninas a rede educacional? Eles têm sido diagnosticados com maior frequência que elas? São questões que necessitam serem analisadas considerando o contexto miriense.

Imagem 14. Creche e Pré-escola matrícula de educação especial (2020-2024)

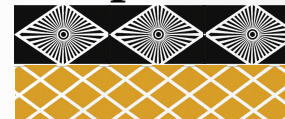


Fonte: INEP/DATA (2025)

Elaboração: NECA (2025)

Assim, neste trabalho, utiliza-se o conceito de acessibilidade definido na Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência ou Estatuto da Pessoa com deficiência, onde acessibilidade é definida como: [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).





4.6 Assistência Social

Outra área de relevante importância para a primeira infância é a assistência social. A primeira infância como sinalizado pela ciência e pelas políticas públicas internacionais e nacionais é de extrema relevância para o desenvolvimento humano no aspecto biológico, cognitivo e psicossocial e tem na assistência um dos pilares para a garantia adequada ao desenvolvimento na fase de 0 a 6 anos de idade. As ações desenvolvidas nos níveis de complexidade básica, média e alta devem garantir o pleno desenvolvimento no que tange as ações para o desenvolvimento biológico, cognitivo, social e psicológico.

Assim, os dados sobre as inscrições no Cadastro único por pessoa revelam os registros de indivíduos que se encontram em situação de pobreza conforme tabela 35. Nesta tabela os dados mostram mais de 40 mil pessoas em situação de pobreza no município de Igarapé-Miri.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para programas Sociais; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) os dados referentes a dezembro de 2025 há um total de 20.815 famílias cadastradas no Cadastro Único, compondo 53.966 pessoas, e o total de estimativa de famílias com perfil de Cadastro Único é de 17.245. Há um crescimento observável de pessoas e famílias assistidas pelo CadÚnico nos três anos observados na Tabela 11.

Outro dado relevante referente a condição de renda de acordo com o CECAD 2.0 é o quantitativo de famílias mirienses de baixa renda cadastradas até dezembro de 2025 no total de 3.041, compondo 15% da população geral.

Tabela 11. Indicadores de famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único (2023-2025).

CAD único	2023	2024	2025
Famílias cadastradas	19487	19783	20815
Pessoas cadastradas	50783	52161	53966
Famílias em pobreza	13919	14005	14255
Famílias com renda >½ SM	2439	2955	3519

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC (dezembro/2025)

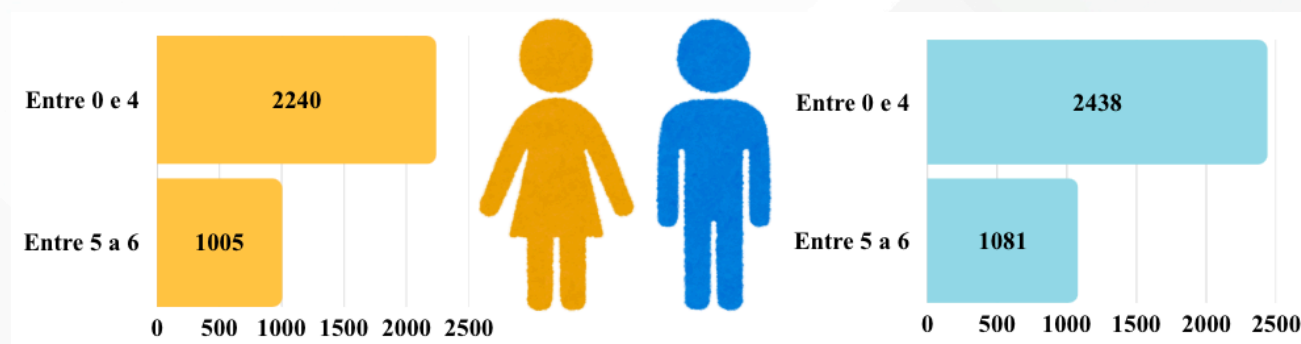
Elaboração: NECA/2025





A Imagem 15 informa o quantitativo e o percentual de crianças entre 0 e 6 anos cadastradas no CADÚnico conforme o sexo e faixa etária, totalizando 6.764, o que corresponde aproximadamente 10% da população do município.

Imagem 15. Pessoas de 0 a 6 anos Cadastradas no CADÚnico



Fonte: Matriz de Informação Social (SENARC/SAGI)

Elaboração: NECA (2025)

De acordo com o Matriz de Informação Social (SENARC/SAGI), em 2024 a quantidade de pessoas com idade entre 0 e 3 anos inscritas no Cadastro único é de 2.661. Por outro lado, o número de crianças de 0 a 3 anos atendidas pelo programa Criança Feliz/SUAS é de 367 (13,79%).

De acordo com a Tabela 12 observa-se que os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos residentes de Igarapé-Miri têm como grupos mais frequentes no Cadastro Único os Pescadores Artesanais, os Ribeirinhos e os Agricultores Familiares.





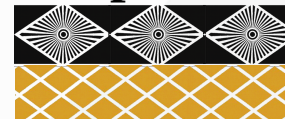
Tabela 12. Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos
Igarapé -Miri (2025)

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas	Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF
Indígenas	1	-
Ciganos	-	-
Quilombolas	7	4
Ribeirinhos	3694	2293
Extrativistas	37	23
Pescadores artesanais	5970	5025
Agricultores familiares	2360	1650
Assentados da Reforma Agrária	1	-
Acampados	-	-
Pessoas em situação de rua	1	1
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	-	-
Coletores de material reciclável	22	15
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	-	-
Famílias de presos do sistema carcerário	8	7
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	6	4
Total	12044	9019

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC (Outubro/2025)

Elaboração: NECA (2025)





Conforme demonstrado a seguir na Tabela 13, entre 2020 e 2025 foram notificadas 11 violações de direitos contra crianças de 0 a 6 anos em Igarapé-Miri. O indicador mais expressivo é o de violência sexual (5 casos), seguido por registros de crianças que testemunharam violência (2 casos). A evolução dos casos de violações de direitos, sobretudo na primeira infância, pode levar a sérios prejuízos em todas as esferas do desenvolvimento desde as questões físicas, emocionais e cognitivas.

Assim para Atlas da Violência 2025 (CERQUEIRA et al., 2025) que a violência é, atualmente, um dos maiores desafios impostos às autoridades de saúde pública em todo o planeta, pois aflige a humanidade sob diversas formas e em diferentes cenários. Estima-se que, no mundo, mais de um milhão de pessoas perdem a vida em decorrência da violência a cada ano, sem considerar o contingente de vítimas não fatais. As lesões decorrentes da violência afetam pessoas de todas as idades, mas parecem causar mais danos entre as crianças, que pertencem a um dos grupos mais vulneráveis na sociedade.

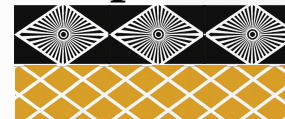
Tabela 13. Violações de direitos em pessoas de 0-6 anos (2020 – 2025)

Violações de Direitos	2020	2021	2023	2024	2025	Total
Negligência	-	-	1	-	-	1
Polimórfica	-	-	-	1	-	1
Testemunha de violência	-	-	1	-	1	2
Violência doméstica	1	-	-	-	-	1
Violência física	1	-	-	-	-	1
Violência sexual	2	1	2	-	-	5
Total Geral	4	1	4	1	1	11

Fonte: Delegacia de Polícia de Igarapé-Miri.

Elaboração: NECA, 2025.

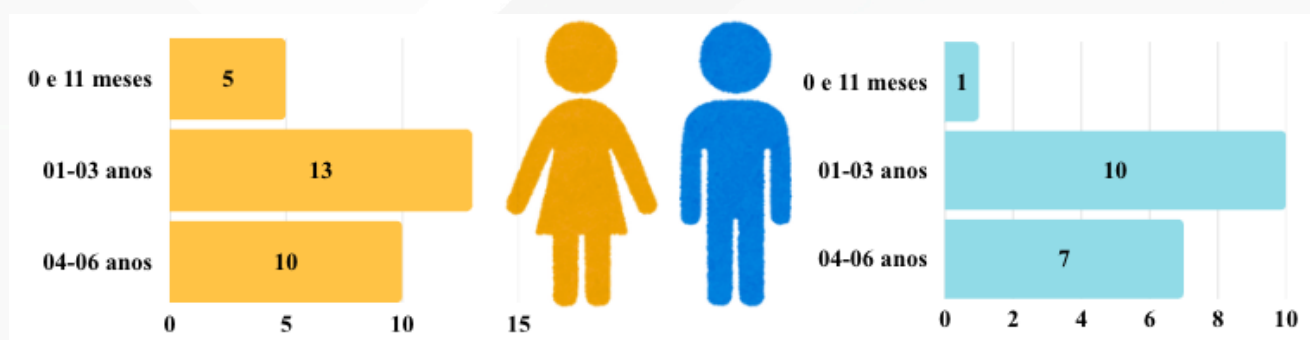




É importante ressaltar que de acordo com os dados de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN 2010-2023) 9 (nove) casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos foram registrados (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2025). É importante salientar que este indicador evidencia apenas os casos de maior gravidade física, sugerindo um cenário mais amplo de violências que não chegam ao sistema de saúde. A vigilância desses riscos depende da atuação intersetorial, com destaque para professores da educação infantil e profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Ainda segundo o relatório do CREAS, conforme a Imagem 16 houve em 2024 e 2025 o registro de 28 (vinte e oito) crianças de até 6 anos de idade do sexo feminino sendo atendidas pelo CREAS, e 18 (dezoito) do sexo masculino, totalizando 46 situações.

Imagem 16. Sexo das crianças e adolescentes atendidas no CREAS, segundo faixa etária (2024-2025).



Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Elaboração: NECA, 2025.

De acordo com a Imagem 17 a maioria (n=34) dessas crianças foram atendidas no CREAS localizado na zona urbana e rural.



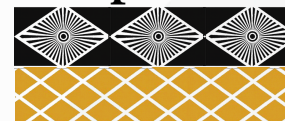
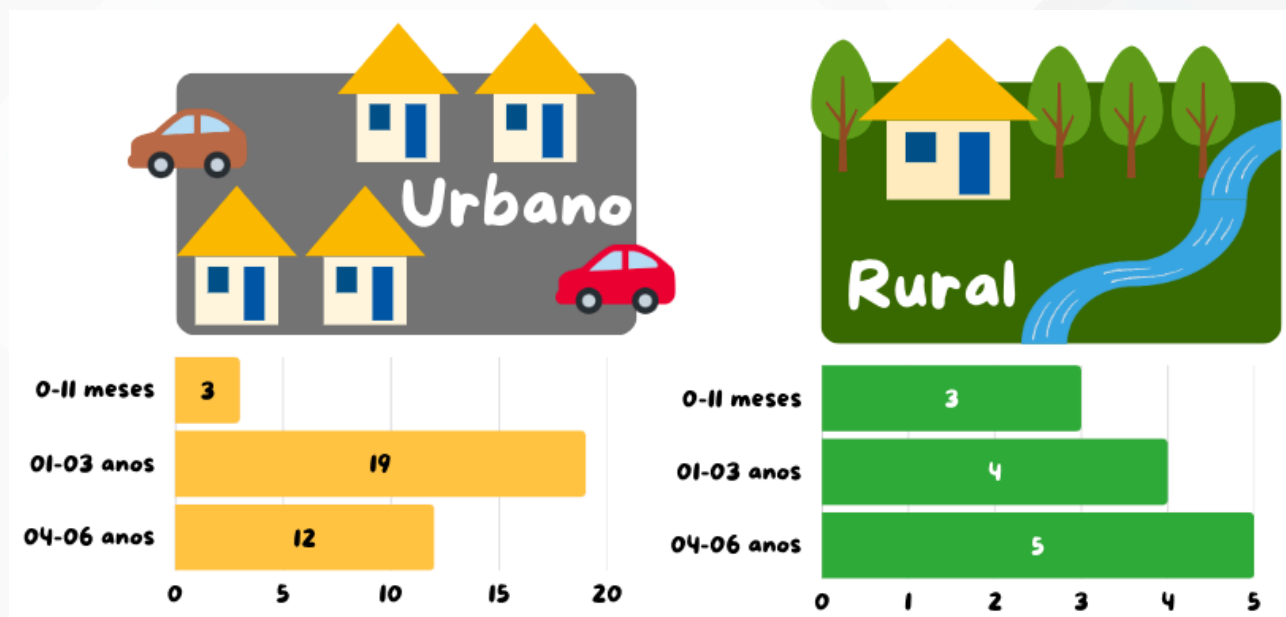


Imagem 17 - Contexto das crianças e adolescentes atendidas no CREAS, segundo faixa etária (2023, 2024 e 2025).



Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Elaboração: NECA, 2025.

4.7 Dados do Conselho Tutelar

Um dos principais instrumentos políticos da garantia dos direitos da criança e do adolescente pode-se dizer que é o Conselho Tutelar. Assim, os dados aqui sinalizados referem-se a uma ferramenta fundamental para a sociedade que é o registro das violações de direitos identificados pelos conselheiros Tutelares referente ao ano de 2024 e até junho de 2025.

A Imagem 18 demonstra dados sobre os direitos fundamentais violados de crianças, totalizando 335 casos. Os principais registros das violações estão sinalizados na ausência de Convivência Familiar e Comunitária (232) e Liberdade, Respeito e Dignidade (56).



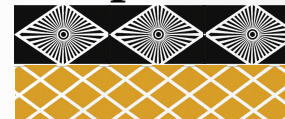
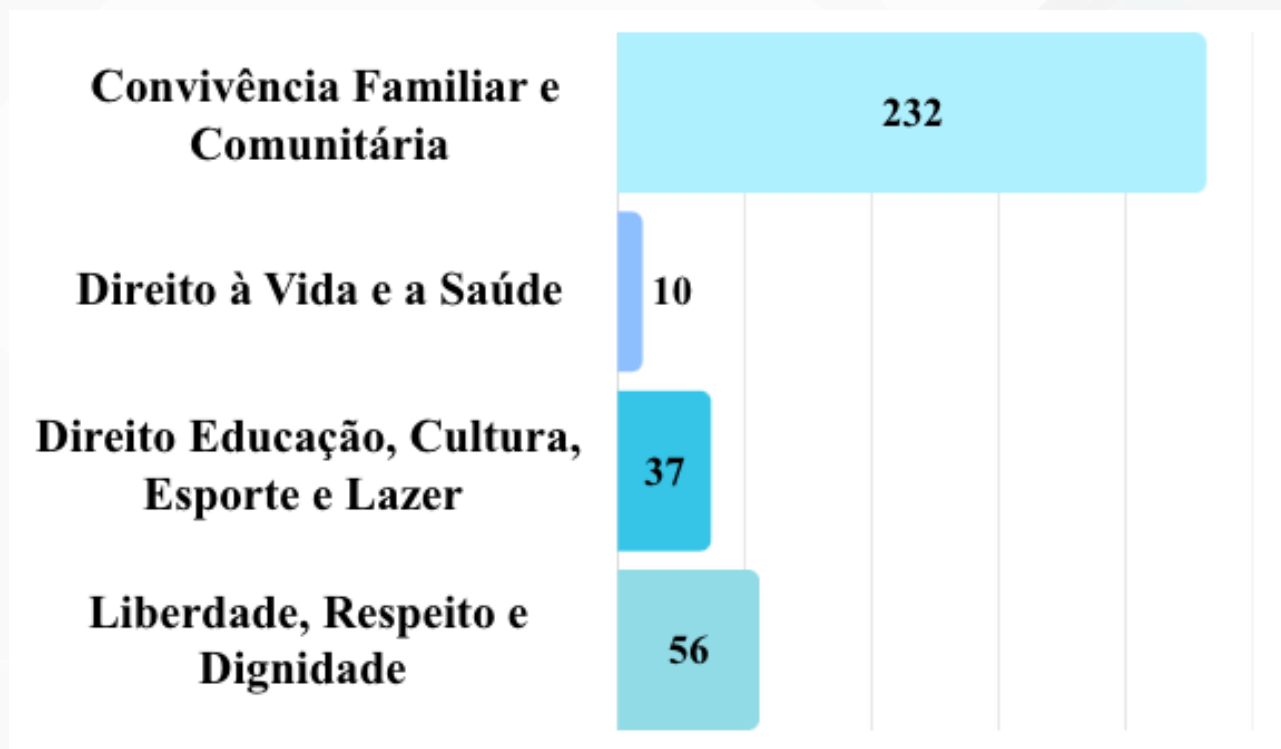


Imagem 18. Gráfico de Violações de Direito Fundamentais registrado de crianças (2024- até jun/2025).



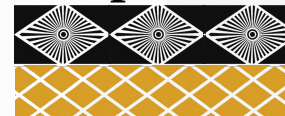
Fonte: Conselho Tutelar (2025)

Elaboração: NECA, 2025.

O Direito de Convivência Familiar e Comunitária no contexto rural apresentou maior registro no distrito de Maiuatá (30) e de Meruu-açu (23). No contexto Urbano os maiores registro por bairros foram: Cidade Nova (53) e Boa Esperança (18). O Direito à vida e a Saúde teve 05 registro no contexto rural, sendo o distrito de como maior registro Anapú (2). No contexto urbano, com 05 registro, também, revelou que os maiores bairros de incidência foi Boa Esperança (2) e Marombinha (2).

Quanto ao Direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer na área rural (7) o distrito com maior registro foi Maiuatá (3) e no urbano (30) o bairro da Cidade Nova com 19 registro. Os dados considerando o Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade com 56 registro teve na área rural (30) o distrito do Meruu (12) com maior registro e no contexto urbano (26) o bairro da Cidade Nova com 09 registro.





Nos distritos e bairros onde há maior número de registros podem sinalizar dois aspecto que precisam ser destacados: primeiro que o território pode apresentar essa real demanda e para tanto a população necessita de mais acesso ou efetividade às política públicas. É neste sentido que o município precisa pensa nessas áreas de maneira mais focalizada. Há ainda, uma segunda questão referente a melhoria da equipagem destes territórios, com ampliação estrutural de equipamentos das políticas sociais básicas do município (AS, Saúde....). Isso pode contribuir para garantir o acesso à população aos programas, projetos e serviços das políticas sociais territoriais e, conseqüentemente, promover os direitos com maior efetividade. Ambos os questionamentos são relevantes, pois, indicam ao município que tais territórios necessitam de atenção. É preciso diminuir essa alta demanda, mas, também perceber que a baixa demanda pode revelar que os baixos registros ocorrem por ausência de políticas públicas.

A tabela 14 detalha as 232 ocorrências de violações quanto ao direito de Convivência Familiar e Comunitária sendo o rural com 115 e Urbano com 117. No rural o Não recebimento de pensão alimentícia tem como principal Distrito Anapu (8) e Maiuatá (7). O urbano o Convívio em ambiente familiar que não garanta o desenvolvimento integral da criança ou adolescente teve maiores registro no bairro Boa Esperanca e Cidade Nova cada um com 6 registros.





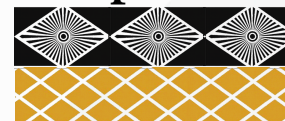
Tabela 14. Direito de Convivência Familiar e Comunitária Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/até junho de 2025/ Rural e Urbana.

Direito de Convivência Familiar e Comunitária	Rural	Urbano	Total
Desconsideração ou desrespeito à opinião ou opção da criança ou adolescente no caso de guarda, tutela ou adoção.	1	1	2
Indefinição de paternidade.	1	2	3
Negação de filiação.	5	1	6
Inexistência de programa de transferência de renda.	3	1	4
Inexistência de serviço de orientação sociofamiliar.	3	2	5
Ambiente familiar violado.	8	14	22
Convívio em ambiente familiar que não garanta o desenvolvimento integral da criança ou adolescente.	14	20	34
Falta de afeto, de zelo e de proteção.	5	11	16
Favorecimento ao uso de drogas lícitas ou ilícitas no ambiente familiar.	5	4	9
Abandono por familiares ou pelos responsáveis.	8	11	19
Impedimento de contato com os pais ou outros familiares.	9	10	19
Não recebimento de pensão alimentícia.	26	9	35
Substituição por familiares.	4	7	11
Omissão com a educação escolar e formação intelectual.	1	-	1
Omissão de cuidados com a proteção e segurança.	14	17	31
Omissão no cuidado com a saúde, alimentação e higiene.	8	7	15
Total Geral	115	117	232

Fonte: Conselho Tutelar

Elaboração: NECA, 2025.





A tabela 15 detalha as 10 ocorrências de violações quanto ao direito de Direito à Vida e a Saúde, sendo 05 no rural e 05 no urbano. No contexto rural e urbano o Não atendimento especializado foi o principal registro, sendo 02 no distrito de Meruu-açu e 02 no bairro de Marombinha respectivamente.

Tabela 15. Direito de Direito à Vida e a Saúde Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/ até junho de 2025/Rural e Urbana.

Direito à Vida e a Saúde	Rural	Urbana	Total
Falta de orientação aos pais/responsáveis quanto ao diagnóstico, estado de saúde, tratamento, conduta e acompanhamento prescrito.	-	1	1
Interrupção ou falta de acompanhamento do tratamento em saúde.	1	-	1
Ameaça de morte.	1	-	1
Ausência de informações sobre doenças ou epidemias em curso.	1	-	1
Não atendimento especializado.	2	3	5
Não atendimento emergencial.		1	1
Total Geral	5	5	10

Fonte: Conselho Tutelar

Elaboração: NECA, 2025.

A tabela 16 detalha as 37 ocorrências de violações quanto ao direito de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, sendo 07 no rural e 30 no urbano. Na área rural a Evasão escolar teve 03 registros, sendo 02 no Cají e 01 no Maiuatá. No urbano, a Falta de vaga em creche ou entidade equivalente teve maior registro, com 05 registros na Cidade Nova.



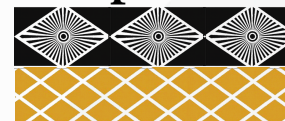


Tabela 16. Direito a Educação, Cultura, Esporte e Lazer Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/até junho de 2025/Rural e Urbana

Direito Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Rural	Urbano	Total
Impedimento de acesso da criança ou do adolescente a escola.	1	-	1
Falta de equipe especializada para atendimento de crianças de 3 a 6 anos.	2	-	2
Falta de vaga em creche ou entidade equivalente.	-	10	10
Falta de pré-escola.	-	3	3
Falta de vaga em pré-escola ou entidade equivalente.	1	5	6
Falta de serviço Especializado	-	1	1
Evasão escolar.	3	9	12
Falta de vaga no ensino fundamental	-	1	1
Não se aplica	-	1	1
Total Geral	7	30	37

Fonte: Conselho Tutelar

Elaboração: NECA, 2025.

A tabela 17 detalha as 56 ocorrências de violações quanto ao direito de Liberdade, Respeito e Dignidade, sendo 30 no rural e 26 no urbano. No contexto rural o Impedimento de acesso registro civis teve maior registro (06), sendo um registro em cada distrito, Anapu, Caji, Maiuata, Meruu, Meruu-açu e Pindobal. No contexto urbano o maior registro foi Espancamento/agressão física, sendo 04 no bairro de Marombinha.





Tabela 17. Direito a Liberdade, Respeito e Dignidade Violados em Crianças de 0 a 6 anos – 2024/até junho de 2025

Liberdade, Respeito e Dignidade	Rural	Urbano	Total
Impedimento de acesso registro civil.	6	2	8
Inexistência de registro civil de nascimento.	4	3	7
Isolamento ou tratamento desigual por características pessoais.	1	-	1
Castigo físico.	3	-	3
Espancamento/agressão física.	5	10	15
Maus tratos.	5	7	12
Agressão a autoestima.		1	1
Agressão verbal e ameaça.	1	2	3
Tratamento cruel ou degradante.		1	1
Abuso sexual por cuidadores.	1	-	1
Abuso sexual por membros do círculo de relação sociais e de amizades.	1	-	1
Estrupo de vulnerável.	3	-	3
Total Geral	30	26	56

Fonte: Conselho Tutelar

Elaboração: NECA, 2025

Diante deste cenário o levantamento de informações aqui identificadas ajudou a pensar e a sistematizar as propostas com os objetivos, prazos e responsáveis. Essas propostas, além dos dados oficiais quantitativos, contou com os subsídios das oficinas e do Plano Plurianual. Desta forma o item seguinte é a materialização das ações, que devem ser ajustadas conforme a demanda do município e elaborada por todos os envolvidos na garantia do Direito da Criança e do Adolescente.



5. Proposta do Plano pela Primeira Infância de Igarapé- Miri (2026 - 2035)

Eixo 1: Crianças com Saúde			
Objetivo	Prazo	Indicadores para Monitoramento	Responsabilidade
Qualificar todos os profissionais da Saúde para o atendimento humanizado, busca ativa e registros dos acompanhamentos	2026 A cada dois anos	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
Qualificar as Equipes da Estratégia da Saúde da Família formação e composição	2026 A cada 1 ano	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde
Realizar busca ativa de gestantes através dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, estimulando a realização do pré-natal ainda nos três primeiros meses de gravidez nas comunidades rurais	Contínuo	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde
Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas médicas de pré-natal.	2027-2028	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde



Proposta do Plano pela Primeira Infância de Igarapé-Miri (2026-2035)



Reduzir os óbitos maternos	2028	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde
Possibilitar partos naturais e humanizados a todas as mulheres em condições	2026	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde
Instituir o programa de vigilância do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil na Primeira Infância	2026	Visitas de monitoramento da Vigilância em Saúde	Secretaria Municipal de Saúde.
Descentralizar os testes do pezinho, coração, olho e orelha	2026	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde
Reduzir a mortalidade infantil relacionados a causas evitáveis	2026	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde
Oferecer serviços de equipes multiprofissionais (Pediatra, Psicólogos, Assistentes Sociais entre outros) nas unidades de saúde	2026	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde



Proposta do Plano pela Primeira Infância de Igarapé-Miri (2026-2035)



Atingir a cobertura vacinal das crianças de 1 ano com a vacina tríplice viral (D2) ou tetraviral segunda dose	2026 Contínuo	Plataforma BAV	Secretaria Municipal de Saúde. Articuladora do Unicef
Ampliar a cobertura da rede de Saúde Mental, implantando o CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial) para crianças	2026-2035	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS	Secretaria Municipal de Saúde Prefeitura Municipal
Qualificar todos os profissionais da Saúde (agentes comunitários de saúde a equipe técnica) sobre desenvolvimento infantil – ênfase para primeira infância	2026-2035 A cada dois anos	Relatórios da Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Assistência Social





Eixo 2 – Educação Infantil e a Criança			
Objetivo	Prazo	Indicadores para Monitoramento	Responsabilidade
Realizar educação continuada para a equipe da educação infantil	Anual	Nº de profissionais capacitados	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal de Educação
Realizar busca ativa escolar na educação infantil	Anual	Nº de evasão escolar	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Assistência Controle social
Ampliar e Implantar a lei que exige presença de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas (lei nº 13.935/2019)	2027	Relatórios da Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal Educação Poder Legislativo Poder Executivo
Ampliar ofertas de Educação Infantil na zona rural e urbana	2030	Nº de crianças de 6 meses a 3 anos matriculados Nº de creches construídas	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal Educação Controle social
Promover a melhoria da infraestrutura física das escolas e creches para oferta de atendimento de qualidade;	2030	Nº de unidades reformadas/revitalizadas	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal Educação Controle social



**Proposta do Plano pela Primeira
Infância de Igarapé-Miri (2026-2035)**



Oferecer kit de materiais pedagógicos e tecnologias assistivas para as escolas de educação infantil visando a qualidade de estímulo no aspecto cognitivo, físico e social	A cada 2 anos	Nº de kits distribuídos por escolas	Gestão Secretaria Municipal de Educação Controle social
Criar comitê municipal para discutir melhorias no transporte escolar;	2026	Relatórios da Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação DEMUTRAN ADEMA CMDCA
Implantar centro de atendimento educacional especializado – CAEE para crianças com transtorno de aprendizagem	2027	Censo escolar/INEP	Secretaria Municipal de Educação





Eixo 3 – As famílias e as comunidades das crianças			
Objetivo	Prazo	Indicadores P/ Monitoramento	Responsabilidade
Propiciar nos espaços de atendimento à família, o fortalecimento DE família e de infância, de forma que torne possível unir as pessoas para “viverem em comum”.	2027-2035	Relatórios dos CRAS	Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sendo o papel da Política de Assistência Social Básica realizar a busca ativa das famílias em seus territórios
Promover encontros e oficinas entre o conhecimento sistematizado dos profissionais e o saber cotidiano da família	Uma vez a cada dois meses	Relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal Assistência Social
Promover oficinais para a comunidade que respeitem a diversidade cultural	Uma vez a cada dois meses	Relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal Assistência Social
Implementar o CRAS itinerante para as comunidades rurais	2027		Secretaria Municipal Assistência Social
Promover campanhas e ações comunitárias que aprofundem a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano	2026-2035	Relatório Gestão Municipal	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Secretaria Municipal de Administração



**Eixo 4- Assistência Social às famílias com crianças na primeira infância**

Objetivo	Prazo	Indicadores P/ Monitoramento	Responsabilidade
Alcançar maior número de famílias em vulnerabilidade social e extrema pobreza para desenvolver a proteção social básica de forma itinerante para acesso do cidadão em territórios sem cobertura de CRAS;	2027	Cadastro Único	Secretaria Municipal Assistência Social
Implementar a perícia de vítimas de violência sexual no município (crianças, adolescentes e mulheres) articulado com Governo do Estado – Para Paz;	2027	Relatórios da Assistência Social Relatórios da Saúde SINAN	Secretaria Municipal Assistência Social Secretaria Municipal de Saúde
Implementar brinquedotecas em todos os espaços da Assistência Social do Município	2027	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Elaborar cartografia social – especialmente das ilhas e estradas	2027	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Qualificar trabalhadores do Sistema de Garantia de Direitos para atuação mais humanizada	2026-2035	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social



**Eixo 5- Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos**

Objetivo	Prazo	Indicadores para Monitoramento	Responsabilidade
Assegurar que, no caso de ser necessária a medida protetiva de acolhimento, que ela seja oferecida, prioritariamente, a partir do serviço de acolhimento em família acolhedora, de acordo com o art. 34, § 1º, do ECA	2027	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Articular ações de esclarecimento e sensibilização sobre o acolhimento familiar para os órgãos gestores da assistência social, para a rede socioassistencial e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente autoridades e equipes técnicas do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, assim como do Conselho Tutelar	2027	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Fomentar a utilização do Prontuário SUAS – Acolhimento para Crianças e Adolescentes e do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, a fim de garantir os registros da história das crianças no período de acolhimento, a promoção da atenção personalizada	2027	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Oferecer, para todos os profissionais de serviços de proteção básica, de média complexidade e alta complexidade, um programa de formação que inclua informações científicas sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento integral, sobre o significado dos vínculos e a afetividade, a importância do brincar, do movimento livre, da leitura, de contar histórias e de conversar com os bebês e as crianças pequenas	2027	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Fortalecer o trabalho em rede e a construção de fluxos para maior agilidade dos procedimentos de reintegração familiar, destituição do poder familiar ou adoção legal	2027	Relatórios da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social





Eixo 6 – Do direito de brincar			
Objetivo	Prazo	Indicadores para Monitoramento	Responsabilidade
Fazer um levantamento de espaços públicos disponíveis, governamentais e das comunidades e prepará-los de acordo com os parâmetros de acessibilidade (lugares do brincar)	2026-2030	Relatório de Gestão Municipal	Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento urbano, habitação e Infraestrutura Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer
Aumentar a oferta de espaços públicos para o lazer, a recreação e as brincadeiras das crianças nas cidades e zona rural, em especial nas áreas de maior vulnerabilidade	2026-2035	Relatório de Gestão Municipal	Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento urbano, habitação e Infraestrutura Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Colocar redutores de velocidade (quebra-molas ou outros meios) para reduzir a velocidade dos carros e motos em regiões/loais (próximo de escolas, praças ou logradouros públicos) onde crianças brincam e/ou transitam.	2027-2029	Relatório de Secretaria Municipal de Obras	Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento urbano, habitação e Infraestrutura DEMUTRAN



Proposta do Plano pela Primeira Infância de Igarapé-Miri (2026-2035)



Elaborar projeto de lei com o objetivo de instituir a “Semana Municipal do Brincar no Dia Mundial do Brincar (28 de maio)” com programação de atividades lúdicas na cidade e no interior.	2026	Relatório de Gestão Municipal	Secretaria Municipal de Administração CMDCA Câmara dos Vereadores
Criar e manter brinquedotecas e delegacias que atendam aos parâmetros de acessibilidade nos hospitais e espaços de saúde, em conformidade com a Lei nº 11.104, de 2005.	2026-2035	Relatório do CMDCA	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Administração CMDCA Parceria com o Fórum
Criar e manter brinquedotecas itinerantes, também estas conforme os parâmetros de acessibilidade, de forma que percorram vilas, bairros, ruas, praças, com educadores e animadores culturais, músicos, artistas plásticos, brinquedistas	2026-2035	Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Cultura Secretaria Municipal de Educação CMDCA Parceria com o Fórum Equipe Volante da Secretaria Municipal de Assistência Social





Eixo 7 – A Criança e o Espaço-Urbanizar e Proteger a Natureza			
OBJETIVO	PRAZO	INDICADORES P/ MONITORAMENTO	RESPONSABILIDADE
Ampliar o abastecimento de água, limpeza pública, bem como assegurar o esgoto sanitário e o manejo de resíduos sólidos especialmente aos bairros periféricos.	2026-2028	Nº de bairros atendidos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura, Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal Meio Ambiente
Ampliar o acesso à energia nas ilhas e ramais	2026	Nº de cadastros energia elétrica Relatórios de Gestão	Secretaria Municipal de Administração Equatorial
Aumentar e implantar equipamentos públicos de recreação com acessibilidade para crianças na área urbana e rural	2028	Nº de equipamentos públicos	Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura
Implementar a acessibilidade das vias Municipais	2028	Número de acidentes no trânsito	Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura DEMUTRAN



Proposta do Plano pela Primeira
Infância de Igarapé-Miri (2026-2035)



Realizar campanhas com palestras, atividades lúdicas e campanhas de trânsito visando à reeducação, a mudança comportamental e consequentemente a redução de acidentes em vias públicas	contínuo	Número de acidentes no trânsito	Secretaria Municipal de Educação DEMUTRAN
Promover a educação ambiental como política integrada, por meio de temas transversais.	contínuo	Relatórios da Secretaria Municipal de Educação e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Secretaria Municipal de Educação
Viabilizar o tratamento do resíduo gerado, utilizando a reciclagem, compostagem, reutilização e a destinação final dos rejeitos em área ambientalmente para recebê-los.	contínuo	Relatório de Gestão Municipal e Relatórios da Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Secretaria Municipal de Educação





Eixo 8 – Criança e infância diversa			
Objetivo	Prazo	Indicadores/Monitoramento	Responsabilidade
Capacitar profissionais para trabalhar com crianças dos povos e comunidades tradicionais	Contínuo	Relatórios da Secretaria de Educação e demais	Secretaria Municipal de Educação CMDCA
Adequar a aquisição de alimentação escolar destinada à educação infantil com produtos da agricultura familiar dos grupos étnicos locais	2026	Relatórios da Secretaria de Educação Relatórios da Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Assistência Social
Adquirir brinquedos, jogos e outros materiais pedagógicos da educação infantil para as instituições educacionais de modo a contemplar a diversidade étnico-racial.	2027-2035	Relatórios da Secretaria de Educação	Secretaria Municipal de Educação
Destinar recursos do orçamento da educação para a aquisição de literatura infantil que apresente, de forma positiva, a diversidade étnico-racial do Brasil.	2027-2035	Relatórios da Secretaria de Educação	Secretaria Municipal de Educação





Eixo 9 – Enfrentando às violências contra às Crianças			
Objetivo	Prazo	Indicadores/Monitoramento	Responsabilidade
Implementar o sistema de informação sobre violação dos direitos com a implementação do funcionamento do SIPIA-Conselho Tutelar	2026	Relatórios do SIPIA SGD	Conselhos Tutelares Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Implantar e desenvolver e protocolos e fluxos integrados de atendimento nas diferentes políticas da primeira infância.	2026	Relatórios da Saúde Relatórios	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e SGD
Implantar ampla campanha de Prevenção acidentes na 1ª Infância	2026	Relatórios da Saúde	CMDCA Secretaria Municipal de Saúde
Capacitar as equipes profissionais de Proteção Social Especial da Assistência Social, da Saúde e da Educação para atender situações de violação dos direitos da primeira infância.	2026	Relatórios da Assistência Social Relatórios da Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social Secretaria Municipal de Saúde



Proposta do Plano pela Primeira Infância de Igarapé-Miri (2026-2035)



Ampliar o número de UBS notificadoras de violência doméstica, sexual e outras violências	2027	Número de serviços de saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado Relatórios SINAN	Secretaria Municipal de Saúde
Criar observatório pela primeira infância	2030	Relatórios das Secretarias Municipais	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão CMDCA
Elaborar o fluxo de atenção à primeira Infância	2027	Protocolo de fluxo aprovado	Secretaria Municipal de Assistência Social CMDCA
Orçamento voltado para Políticas Públicas para a primeira infância	2026-2027	Orçamento	Secretaria Municipal de de Finanças Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - CMDCA
Criação do Centro de Escuta de Proteção à criança e adolescente	2027	Relatórios das Secretarias Municipais	CMDCA SGD P.S. Pública





Eixo 10 – Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças			
Objetivo	Prazo	Indicadores/Monitoramento	Responsabilidade
Promover permanentemente campanhas informativas e de sensibilização social para assegurar o registro civil de nascimento	2026-2036	Relatório de Gestão	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Tribunal de Justiça CMDCA
Inserir orientações aos pais sobre o registro civil nos materiais informativos, assegurando o documento de cidadania à todas as crianças.	2026-2035	Relatório do Cartório Civil	Cartório de Registro Civil Tribunal de Justiça Ministério Público Conselho Tutelar CMDCA
Instalar e garantir a execução dos serviços de registro civil de nascimentos nas maternidades.	2026-2035	Relatório da Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde Cartório de Registro Civil Tribunal de Justiça Ministério Público CMDCA
Esclarecer às mães a diferença entre a Declaração de Nascido Vivo (DNV), fornecida pela maternidade, e o Registro e a Certidão de Nascimento, realizados no cartório.	2026-2035	Relatório da Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde CMDCA





Organizar mutirões para o registro civil em locais de maior incidência de sub-registro ou de difícil acesso, em articulação com associações de bairros, de classe, sindicatos, igrejas e clubes de serviços, promovendo o deslocamento dos serviços cartoriais	2026-2035	Relatório de Gestão Municipal	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Tribunal de Justiça Ministério Público Cartório de Registro Civil CMDCA e Conselho Tutelar
Organizar mutirões para o registro civil em articulação com cooperativas agrícolas, centrais sindicais e movimentos de organização de trabalhadores rurais, promovendo o deslocamento dos serviços cartoriais.	2026-2035	Relatório de Gestão Municipal	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Pesca Tribunal de Justiça Ministério Público Cartório de Registro Civil CMDCA





Eixo 11 – Protegendo às Crianças contra a pressão consumistas			
Objetivo	Prazo	Indicadores/Monitoramento	Responsabilidade
Sensibilizar de forma contínua os educadores e os estabelecimentos de educação infantil para a questão do consumismo na infância e a sustentabilidade do planeta	2026-2035	Relatório de Gestão Municipal	Todas as secretarias
Promover a reflexão, com os educadores, sobre os valores e hábitos da sociedade de consumo e de seus próprios hábitos de consumo.	2026-2035	Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Educação
Capacitação continuada dos profissionais de educação infantil sobre o uso das mídias de forma crítica com as famílias, desvendando o seu poder de influência sobre as crianças	2026-2035	Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Educação
Promover a proibição ou limitação de venda de produtos alimentícios não saudáveis e bebidas açucaradas dentro das cantinas escolares	2026-2035	Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Educação



**Eixo 12 – Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais**

Objetivo	Prazo	Indicadores/Monitoramento	Responsabilidade
Promover campanhas educativas sobre a exposição precoce à mídia voltadas a todos os setores da sociedade e formular iniciativas voltadas a capacitar os pais e cuidadores na mediação do contato das crianças	2026-2035	Relatório de Gestão Municipal	Todas as Secretarias Municipais
Capacitar os educadores da educação infantil no que se refere aos riscos associados à relação das crianças pequenas com os meios de comunicação e às vantagens oferecidas pelas atividades lúdicas alternativas ao uso das telas, incluindo aquelas realizadas ao ar livre	2026-2035	Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Educação
Coibir o uso precoce, constante e excessivo das televisões e de outras telas no contexto das creches, bem como regulamentar sua utilização nas pré-escolas segundo uma perspectiva pedagógica	2026-2035	Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Educação





Eixo 13 – Evitando acidentes na primeira infância			
Objetivo	Prazo	Indicadores/ Monitoramento	Responsabilidade
Saúde			
Orientar e sensibilizar os pais e responsáveis por crianças sobre a prevenção de acidentes desde o início da gestação	2026-2035	Relatório de Saúde Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação
Realizar campanhas educativas, informativas e de comunicação à população, abordando a prevenção de acidentes para uma infância saudável, focando nas particularidades do desenvolvimento físico e psicológico infantil, em que a criança é mais suscetível de sofrer lesão não intencional	2026-2035	Relatório de Saúde Relatório de Educação	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação
Promover cursos de suporte básico de vida para profissionais (de creches, escolas, CRAS etc.) e familiares, para que estejam aptos a prover o cuidado adequado em casos de acidentes até que a criança seja atendida no serviço de saúde adequado, como determina a Lei nº 13.722/2018.	2026-2035	Relatório de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
Promover a adoção de normas de segurança em todos os espaços públicos e privados nos quais as crianças vivem e naqueles que elas frequentem	2026-2035	Relatório da Secretaria Municipal de Obras e meio ambiente	Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura



Proposta do Plano pela Primeira Infância de Igarapé-Miri (2026-2035)



Na área do brincar			
Instituir normas de segurança para piscinas residenciais, de clubes, de escolas e de outras áreas públicas e privadas.	2026-2035	Relatório da Secretaria Municipal Saneamento, Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura	Secretaria Municipal de Saneamento, Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Na área do trânsito			
Intensificar a fiscalização da lei, pelos agentes de trânsito, para o uso de dispositivos de transporte seguro de crianças	2027-2035	Relatório da Transporte	DEMUTRAN
Treinar os agentes de trânsito para que desenvolvam a habilidade de comunicação com as crianças ao lhes passarem orientações de como ter segurança no trânsito	2027-2035	Relatório da Transporte	Secretaria Municipal de Educação DEMUTRAN (Setor de educação no trânsito)
Efetivar a educação de trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, de forma constante e não pontual, na educação infantil	2026-2035	Relatório da Transporte	DEMUTRAM





Eixo 14 – A criança e a cultura			
Objetivo	Prazo	Indicadores /Monitoramento	Responsabilidade
Fomentar o gosto pela arte, garantindo a realização periódica de atividades artísticas ao vivo – as chamadas “artes vivas” – por profissionais nas escolas, nos centros de saúde, nos lares de acolhida de mães e crianças, em todos os espaços de convívio de crianças;	Contínuo	Relatórios	Secretaria Municipal Cultura, Desporto e Lazer
Garantir o acesso das crianças na primeira infância ao patrimônio cultural material e imaterial, expresso nas diversas culturas e infâncias	Contínuo	Relatórios	Secretaria Municipal Cultura, Desporto e Lazer
Priorizar as atividades culturais de raízes afro-brasileira, indígena, quilombola e de outros povos e comunidades tradicionais	Contínuo	Relatórios	Secretaria Municipal Cultura, Desporto e Lazer
Implantar e Fortalecer os espaços e as atividades que fomentem o brincar cultural da primeira infância em diferentes setores, como saúde, educação e convivência comunitária;	Contínuo	Relatórios	Secretaria Municipal Cultura, Desporto e Lazer
Fornecer espaços e tempo de brincar cultural e artístico nos espaços de acolhida de crianças menores de 6 anos, especialmente nos espaços culturais;	Contínuo	Relatórios	Secretaria Municipal Cultura, Desporto e Lazer
Incluir, nos cursos de formação inicial e de educação continuada de artistas e de profissionais da educação infantil, o estudo sobre a relação das artes com a primeira infância;	Contínuo	Relatórios	Secretaria Municipal Cultura, Desporto e Lazer





Eixo 15 – O Sistema de Justiça e a criança			
Objetivo	Prazo	Indicadores/Monitoramento	Responsabilidade
Definir expressamente, em seus planos de ação, que a proteção à primeira infância é prioridade absoluta.	2026-2035	Relatórios	Poder Judiciário Ministério Público Defensoria Pública CMDCA
Promover a qualificação de promotores, defensores públicos, delegados, juízes e respectivas equipes da infância e da juventude sobre a escuta de crianças	2026-2035	Relatórios	Poder Judiciário Ministério Público Defensoria Pública CMDCA
Promover a educação continuada, em direitos, dos diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos – magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, delegados, policiais civis e militares, conselheiros de direito e conselheiros tutelares, gestores de órgãos	2026-2035	Relatórios	Poder Judiciário Ministério Público Defensoria Pública CMDCA





Eixo 16 – As empresas e a primeira infância			
Objetivo	Prazo	Indicadores/Monitoramento	Responsabilidade
Promover campanhas específicas para empresas, demonstrando a importância do apoio à causa da primeira infância	2026-2035	Relatório de todas as secretarias	CMDCA
Criar mecanismos para incentivar a adesão das empresas ao Programa Empresa Cidadã, que possibilita ampliar as licenças-maternidade e paternidade, nos termos da Lei nº 11.770, de 2008, com a alteração introduzida pela Lei nº 13.257, de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância);	2026-2035	Relatório de Gestão	Secretaria Municipal de Administração CMDCA
Estimular as empresas a fazerem doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, na área de atuação;	2026-2035	Relatório de Gestão	Secretaria Municipal de Administração Secretaria Municipal de Assistência Social Tribunal de Justiça Ministério Público Conselho Tutelar CMDCA
Garantir que no contrato firmado pela administração pública com as empresas para a realização de obras e empreendimentos econômicos, assegurar a presença de cláusulas que definam a obrigação das empresas de prevenir, mitigar e remediar violações de direitos de crianças e adolescentes, com especial enfoque à primeira infância, incluindo a responsabilidade solidária no controle de impactos da cadeia produtiva, assim como a garantia de vagas de Jovem Aprendiz.	2026-2035	Relatório de Gestão	Secretaria Municipal de Administração CMDCA



6. Monitoramento e Avaliação

O processo avaliativo é composto pelo acompanhamento, monitoramento e a avaliação de resultados, realizado de forma processual que envolve coleta de dados, análise sistemática e periódica das informações e dos indicadores da Primeira Infância permitindo verificar se as ações propostas estão sendo operacionalizadas conforme o que foi proposto no Plano pela Primeira Infância, como propósito de alcançar os resultados esperados no período previsto de 2026-2035.

O monitoramento e avaliação deverá ser coordenado pela Comissão interssetorial composto pelas secretarias, órgãos, instituições, representados por um membro titular e um suplente e acontecerá no decorrer da execução do Plano proporcionando elementos para a correção, ajustes e tomada de decisões ao longo do período. Assim, a proposta é que a cada dois anos um seminário possa ser realizado para acompanhar a execução dos objetivos e apontar as mudanças que se façam necessárias, caso haja, no entanto, requer que tenha instrumentos (que podem ser relatórios sistemáticos ou outros recursos definidos) para acompanhar a execução das ações e assim favorecer os momentos de culminância.

Conforme o Plano Nacional pela Primeira Infância (2020) indica, o plano local deve considerar as duas funções da avaliação, que podem contribuir para o processo avaliativo do PMPI de Igarapé Miri:

I - Uma função prática, de acompanhamento da implementação e verificação de resultados: que levanta informações no processo para o acompanhamento dos objetivos, ações dentro dos prazos definidos e sinaliza, se for o caso, alguma mudança ou outra alteração que seja mais adequada diante da realidade local naquele período.

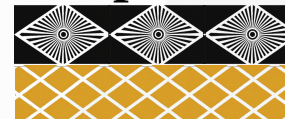
II - Uma função ampliada, de fortalecimento institucional das políticas de primeira infância: a partir de alguns aspectos que deem destaque no conhecimento de quais estratégias deram certo, como acontecem as articulações de políticas, a intersetorialidade, a integração de setores, os avanços ou não. São aspectos que contribuirão com a elaboração dos novos passos, novo Plano e que deve acontecer de forma compartilhada por todos os envolvidos.

Desta forma, o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância deve ser composto de um conjunto de estratégias, definição de mecanismos, meios e prazos específicos para alcançar êxito no acompanhamento de seu desenvolvimento no município. Tais ações devem estar claras para que a Comissão Intersetorial atue de forma participativa e transparente, coadunada com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes (CMDCA).



7. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica**: estatísticas [Painel interativo]. Brasília, DF, [2025]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibN2ViNDBjNDEtMTMoOCooZmFhLWlyZWYtZjI1YjUoNzQzMTJhIiwidCI6IjI2Zjc zODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzcoMzRiZiJ9>. Acesso em: 02 jan. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância [...]. **Marco Legal da Primeira Infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/marco-legal-da-primeira-infancia/>. Acesso em: 02 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes no SUS: Tecendo Redes para Garantir Direitos. Brasília, DF, 2014. 62 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatório de programas e ações**: Igarapé-Miri (PA). Brasília, DF, [202-]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=150330&aM=0#fomento>. Acesso em: 02 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CECAD 2.0**: consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico [Painel interativo]. Brasília, DF, [2025]. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 02 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério das Mulheres; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria Conjunta MDS/MMULHERES/MDHC nº 35, de 11 de dezembro de 2025. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 2025. Edição [número se houver]. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-mds/mmulheres/mdhc-n-35-de-11-de-dezembro-de-2025-675175343>. Acesso em: 02 jan. 2026.
- CARVALHO, Rillary Maria de Sousa; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva. Baixo peso ao nascer associado a fatores de risco maternos e neonatais. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 251–262, 2023. DOI: 10.12957/sustinere.2023.59453. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/59453>. Acesso em: 5 jan. 2026.



CERQUEIRA, Daniel (Coord.) et al. Atlas da Violência 2025. **Brasília: Ipea; São Paulo: FBSP, 2025**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 05 jan. 2026.

FERREIRA, G. S. et al. Mortalidade infantil no Brasil: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 3877–3890, 2024. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2902>. Acesso em: 05 jan. 2026.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). Estatística municipal: Igarapé-Miri. Belém: **FAPESPA, 2025**. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Igarape-Miri.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. **Primeira Infância em Dados: Igarapé-Miri - PA**. [S. l., s. d.]. Disponível em: <https://primeirainfanciaemdados.org.br/municipios/igarape-miri-pa/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística. Brasília, DF. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística. Brasília, DF. 2022.

IGARAPÉ-MIRI (Pará). Lei nº 4.948, de 06 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Igarapé-Miri e dá outras providências. Igarapé-Miri: Prefeitura Municipal, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/706707470/Plano-Diretor-do-Municipio-de-Igarape-Miri-2006>. Acesso em: 17 dez. 2025.

IGARAPÉ-MIRI. Prefeitura Municipal. **História**. Igarapé-Miri, [s. d.]. Disponível em: <https://igarapemiri.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Igarapé-Miri: panorama**. Rio de Janeiro, [s. d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-miri/panorama>. Acesso em: 02 jan. 2026.

KALE, P. L.; FONSECA, S. C.. Restrição do crescimento intrauterino, prematuridade e baixo peso ao nascer: fenótipos de risco de morte neonatal, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 6, p. e00231022, 2023.

OLIVEIRA, Adriana Santos França de et al. EFEITOS DA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL DE QUALIDADE SOBRE O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR DA CRIANÇA. **Periódicos Brasil**. Pesquisa Científica, Macapá, Brasil, v. 4, n. 2, p. 1026–1036, 2025. DOI: 10.36557/pbpc.v4i2.469. Disponível em:

<https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/469>. Acesso em: 5 jan. 2026.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). **Plano Nacional pela Primeira Infância: 2010-2022 | 2020-2030**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: RNPI: ANDI, 2020.





TEIXEIRA, S. É. S. et al. O Programa Nacional de Imunização e os principais desafios enfrentados: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 37, p. 1–11, 2024. DOI: 10.5020/18061230.2024.14840. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/14840>. Acesso em: 05 jan. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024. São Paulo: **Todos Pela Educação**, 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/panorama/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2024/>. Acesso em: 05 jan. 2026.



Realização



Financiamento



Execução

